



Ministério da Saúde

FIOCRUZ

Fundação Oswaldo Cruz



***“Organização Policial Militar, produção de subjetividade e saúde mental:
uma revisão de literatura”***

por

Natália Nogueira da Silva

*Dissertação apresentada com vistas à obtenção do título de Mestre em
Ciências na área de Saúde Pública.*

Orientadora principal: Prof.^a Dr.^a Fátima Regina Cecchetto

Segunda orientadora: Prof.^a Dr.^a Patricia Constantino

Rio de Janeiro, março de 2015.

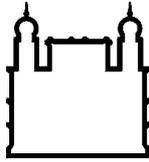
Catálogo na fonte
Instituto de Comunicação e Informação Científica e Tecnológica
Biblioteca de Saúde Pública

S586o Silva, Natália Nogueira da
Organização policial militar, produção de subjetividade
e saúde mental: uma revisão de literatura. / Natália
Nogueira da Silva - 2015.
59 f.

Orientador: Fátima Regina Cecchetto
Dissertação (Mestrado) – Escola Nacional de Saúde
Pública Sergio Arouca, Rio de Janeiro, 2015.

1. Polícia. 2. Saúde Mental. 3. Militares. 4. Produção de
Subjetividade. I. Título

CDD – 22.ed. – 362.2



Ministério da Saúde

FIOCRUZ
Fundação Oswaldo Cruz



Esta dissertação, intitulada

***“Organização Policial Militar, produção de subjetividade e saúde mental:
uma revisão de literatura”***

apresentada por

Natália Nogueira da Silva

foi avaliada pela Banca Examinadora composta pelos seguintes membros:

Prof. Dr. Carlos Alberto Ribeiro Costa

Prof.^a Dr.^a Edinilsa Ramos de Souza

Prof.^a Dr.^a Fátima Regina Cecchetto – Orientadora principal

Dissertação defendida e aprovada em 30 de março de 2015.

AGRADECIMENTOS

A Deus e aos familiares desencarnados que mesmo em outro plano nunca me desampararam e sempre quando necessitei estiveram secando minhas lágrimas;

À minha família, Zé, Deise e Leandro que sempre me apoiam e incentivam a promover a bondade e o amor;

Aos amigos que são irmãos escolhidos e aos amigos de turma (Dani, Leo e Paula) que nunca soltaram minhas mãos;

Às minhas orientadoras que me ensinaram e apoiaram;

Aos amigos pesquisadores, mestres e doutores que estiveram sempre disponíveis a dirimir dúvidas e acalmar angústias;

Ao Adriano que esteve sempre presente disposto a ajudar e foi além: transformou sua presença na calma que tanto precisei;

À Psicologia que me instrumentaliza para que eu cumpra minha missão;

Aos psicólogos-amigos da PMERJ que são incansáveis e imbatíveis em construir novos caminhos possíveis para a promoção de saúde mental;

Aos pacientes, pois a demanda dos mesmos suscitou o desejo por ecoar em outros espaços de troca o quanto sofrem.

RESUMO

SILVA, Natália Nogueira da. **Polícia Militar, produção de subjetividade e saúde mental**: Uma revisão de literatura. 2014. 63 f. Dissertação (Mestrado) - Mestrado em Saúde Pública, ENSP, Fundação Oswaldo Cruz, Rio de Janeiro, 2014.

Este estudo teve como objetivo analisar a bibliografia produzida na área de Saúde Pública sobre a relação entre os aspectos institucionais da organização policial militar, a produção de subjetividade e a saúde mental, buscando identificar se os autores relacionam as características da organização militar ao adoecimento psíquico. Através da metodologia de revisão de literatura foram analisados 15 trabalhos científicos. Constatou-se que a produção sobre este tema torna-se mais evidente a partir dos anos 2000 e que o estudo sobre a produção de subjetividade policial militar ainda é um tema pouco explorado. Verificou-se que elementos da organização policial militar podem impactar negativamente a saúde mental dos policiais como: a elevada carga de trabalho, baixos salários, a rígida disciplina e a hierarquia militar. Destaca-se a centralidade que o tema estresse possui nos estudos sobre a saúde mental dos profissionais. Reconhecendo a relevância do papel que os policiais militares ocupam na sociedade é fundamental a realização de trabalhos científicos que objetivem identificar e analisar o estado de saúde mental desses profissionais.

ABSTRACT

The objective of this study is to analyze the literature produced in the field of public health with specific reference to the relationship between the institutional aspects of military police organization. It looks at the production of subjectivity and mental health in order to identify whether the authors relate characteristics of military organization to mental illness. Employing review of literature methodology, 15 scientific papers have been analyzed. The research finds that production on this topic has become more evident since the 2000s but study of military police subjectivity production remains a relatively unexplored subject. The study notes that elements of military police organization that can have negative impacts on the mental health of police are those such as high workload, low wages, rigid discipline and military hierarchy. We emphasize the centrality of the aspect of stress in our studies of mental health professionals. Recognizing the important role that the military police occupies in society, it is essential that scientific work aims to address and analyze the status of the mental health of personnel within its ranks.

SUMÁRIO

	INTRODUÇÃO	5
1	REFERENCIAL TEÓRICO	10
1.1	Breve Histórico sobre a Polícia Militar.....	10
1.2	Produção de Subjetividade.....	21
1.2.1	Produção de Subjetividade/Identidade Policial Militar.....	23
1.3	Saúde Mental e Trabalho.....	24
2	METODOLOGIA	30
3	RESULTADOS.....	32
4	DISCUSSÃO.....	42
4.1	Sobre a produção de subjetividade policial militar	42
4.2	Sobre a organização policial militar e a saúde mental	45
5	CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	51
	REFERÊNCIAS.....	54

INTRODUÇÃO

Esta dissertação versa sobre a produção acadêmica em torno da relação entre a Polícia Militar, a produção de subjetividade e a saúde mental dos policiais. A partir do trabalho de revisão de literatura buscou-se dar visibilidade ao tema, identificando possíveis avanços, estagnações ou retrocessos neste campo. Não se deseja afirmar uma relação causal entre instituição policial militar e adoecimento mental e sim salientar que apesar de haver uma estrutura que pode favorecer sintomas como estresse e ansiedade, os policiais militares podem "inventar" saídas e se re-singularizarem. Outrossim, escapam da cristalização e repetição das linhas duras, as quais objetivam a homogeneidade. Destaca-se, então, uma organização policial militar secular, que no contexto brasileiro, mesmo com o fim do período ditatorial não teve mudanças em sua forma de organizar-se, o que bloqueia a emergência de outros processos de subjetivação dos policiais militares que visem atender as demandas sociais atuais. Entende-se que tal processo de subjetivação tem seus efeitos para a saúde mental desses profissionais e é sobre esses aspectos que este trabalho irá discorrer.

Constata-se que a Polícia Militar ainda é um tema pouco tratado. Difícil torna-se compreender o porquê se dá pouca atenção aos temas que envolvem policiais, apesar destes atuarem de modo penetrante por todo o corpo social. Bayley (2001), ao analisar as polícias de diferentes países, entende que essa falta de maturação dos estudos sobre polícia acontece devido as mesmas não exercerem papel importante em grandes eventos históricos, já que suas atividades são disseminadas e sua clientela é comum. Além disso, reconhece que o policiamento não tem prestígio, as tarefas são "chatas" e repetitivas, seus membros não têm destaque socialmente. Outro motivo é a repugnância advinda da sociedade já que as funções de controle, coerção e opressão são desagradáveis, pois a atividade policial representa o uso da força da sociedade contra ela mesma. Considera-se que a principal questão apontada pelo autor seja em relação aos enormes problemas práticos encontrados pelos estudiosos para descortinarem o assunto. É especialmente complicado, realizar um trabalho de campo em ambientes cheios de desconfiança, ultrapassar as exigências burocráticas, tornar-se politicamente suspeito e socialmente malvisto. Embora a produção científica seja escassa, urge que os pesquisadores produzam sobre o tema, pois a segurança pública é condição para a existência da ordem social. Se há conflitos sociais, pode-se inferir que o modo como funciona a segurança pública do Estado não está respondendo de maneira exitosa as demandas sociais. A condição de saúde dos seus profissionais nada mais é que o reflexo de quanto às instituições de segurança pública necessitam de reformulações. Os estudos ajudariam a dar

visibilidade a uma realidade até então encoberta. O trabalho de revisão de literatura pode possibilitar a emergência de como e quanto o tema vem sendo tratado, além de permitir que apareçam possíveis avanços, estagnações ou retrocessos neste campo.

Minayo et. al. (2008) afirmam que o trabalho e a profissão têm um caráter positivo para a realização dos sujeitos, porque através deles o ser humano transforma e cria coisas, e assim fazendo, transforma-se e se recria. Ou seja, as dinâmicas laborais podem simultaneamente produzir saúde e bem-estar como serem marcadas por insatisfações, estresse, sofrimento. Apontam fatores, como a lacuna entre o prescrito e o não-oficialmente exigido, que podem culminar em fonte de estresse e de sentimentos conflituosos. Também prejudicam estes profissionais: a relação entre os fatores intrínsecos ao trabalho, a formação, a ideologia e a maneira de as forças policiais se posicionarem na sociedade. Os efeitos das reações de sofrimento e estresse vividas pelos policiais são a maneira violenta como por vezes esses policiais agem e a banalização de intercorrências; o tratamento “jocosos” dos episódios de confronto, e as fugas das situações de risco reais ou imaginárias.

Segundo Silva (2009), o policial que vive intenso sofrimento psíquico encontrará dificuldades para desempenhar seu papel profissional. Em um ambiente de risco, existe a sensação permanente de vulnerabilidade com relação à morte. Os baixos salários e outras problemáticas sociais fazem com que os indivíduos direcionem sua energia psíquica para a elaboração de tais sofrimentos, culminando, com a diminuição da capacidade produtiva, afetiva e social que pode causar diversas condições psicopatológicas, que são, recorrentemente, negadas devido a necessidade financeira e/ou pela “cultura interdita” que submete os sujeitos à repressão de suas angústias relacionadas à morte. Este indivíduo que não encontra acolhimento para seu sofrimento é o mesmo que irá atender às demandas sociais. A manifestação do seu sofrimento é recriminada, e, por isso, evitada a qualquer custo.

Minayo et. al. (2008) apontam que elevada massa corporal, sedentarismo, alimentação precária e estresse desencadeiam muitos problemas de saúde que afetam os policiais. Entendem que o estresse profissional policial é decorrente da organização hierárquica, das condições objetivas e subjetivas insatisfatórias de realização do trabalho, dos sentimentos de falta de reconhecimento social e de como cada um vive as experiências de prazer e ansiedade. Identificam, então, como fatores facilitadores para o sofrimento mental dos policiais militares: as condições e organização ocupacionais; a jornada excessiva de trabalho; o reduzido tempo para descanso e lazer; as precárias condições materiais e técnicas; e os baixos salários. Também, apontam para o consumo exagerado de substâncias tóxicas por alguns profissionais

relacionada ao estresse profissional. E, de especial interesse, é o fato de que emocionalmente predominam um sentimento persecutório e um estado de alerta aguçado.

Os dados de Licença para Tratamento de Saúde (LTS) e os de Incapacidade Física Parcial (IFP) - afastamentos temporários por agravos que retiram os policiais de ações operacionais ostensivas e os mantêm em tarefas internas - indicam que no período de 2000 a 2004, na Polícia Militar do Rio de Janeiro, o número médio de oficiais com LTS cresceu 95,5% no período e o de praças aumentou 108,3%; enquanto o número médio de oficiais com IFP cresceu 166,5% e de praças foi de 227,5%, no período (SOUZA; MINAYO, 2005). O sofrimento psíquico que afeta alguns policiais militares pode ser percebido pela externalização de pensamentos e emoções, os quais apontam para um estado de mal estar.

No que diz respeito à saúde mental dos policiais militares, os dados do Setor de Estatística da Diretoria Geral de Saúde, obtidos através do Controle Ambulatorial dos Atendimentos (CAAL) da Psicologia, no ano de 2009, apontam para a seguinte distribuição de diagnósticos em policiais militares da ativa: transtornos neuróticos e transtornos relacionados ao estresse (70%), transtornos de humor (18%), outros transtornos mentais e comportamentais (5%) (BORGES, 2013).

Em acordo ainda com Minayo et. al. (2008), neste estudo entende-se que a disciplina e a hierarquia funcionam como marcadores de fonte de estresse, visto que aos policiais que compõem as camadas inferiores da hierarquia policial - as praças - cabe o cumprimento das ordens dos superiores sem questioná-las. Contudo, é importante frisar que mesmo com a submissão e subserviência, as brechas de resistência e expressão de subjetividade continuam a existir. Silva e Vieira (2008) entendem que a disciplina e a hierarquia como pilares de sustentação tornam a Polícia uma organização complexa, com diferentes interesses que impossibilitam mudanças estruturais que respondam bem a realidade de violência cotidiana. “Esse distanciamento cristalizou uma lógica de preservação de interesses restritos apenas à corporação militar, priorizando o *status* que a graduação hierárquica proporciona e a função desempenhada na Polícia, em detrimento da organização como um todo” (p.168).

Segundo Spode (2004) a lógica militar é marcada pelos códigos morais que sustentam a atividade dos policiais militares atuam na produção de subjetividade, que em seu cotidiano elaboram estratégias que lhes permitem colocar-se na posição de policiais, responderem e reconhecerem-se desde este lugar, produzindo modos de pensar, agir, sentir e se relacionar que não se limitam ao ambiente profissional. Ou seja, a autora chama a atenção para o fato de que o comportamento policial militar não se restringe somente às horas trabalhadas, revelando

o quão potente é o modo de subjetivação policial militar. Dito de outro modo, torna-se difícil descolar-se do papel policial militar até quando o policial não está a serviço da Instituição.

Para Cunha (2004 apud Moraes, Paula, 2010), tornar-se policial está para além de aprender as disciplinas que constam no currículo obrigatório e obter êxito no desempenho de determinadas práticas. Mas também submeter-se durante o período de formação a um verdadeiro processo de (re)construção do *self*, o que para a autora seria um modo de conversão identitária a qual implica a transformação de si e a incorporação de um novo conjunto de ideias, concepções e valores a respeito do novo papel que deverá ser desempenhado profissionalmente. Sendo assim, a maneira pela qual o policial significa o “mundo ao seu redor”, que é resultado do processo de socialização e formação profissional torna-se o modo pelo qual ele desempenha seu papel.

De acordo com Reishoffer e Bicalho (2009), a produção de subjetividade, tanto como de objetividade, advém de um campo de forças ou fluxos heterogêneos, sempre em movimento que se agenciam produzindo sujeitos e objetos em um contínuo processo de produção. Entendem a subjetividade como processo, em constante produção por todo o corpo social, a partir de elementos heterogêneos, e não como estrutura identitária ou interioridade.

Este processo de subjetivação é potente em produzir uma grande massa de indivíduos uniformes e tende a silenciar os processos de singularização que ajudam os indivíduos a escapar de tal massificação. Ocorre que as brechas de resistência precisam existir para que os indivíduos não adoçam, já que a sujeição completa a esse modo alienante de subjetividade leva ao adoecimento físico e mental.

Ainda sobre a relação entre a Polícia Militar e o adoecimento físico e mental de seus profissionais, entende-se que o adoecimento de alguns policiais militares não deve ser relacionado estritamente a organização policial militar, portanto é preciso levar em consideração outros aspectos sociais que os afetam sua subjetividade, impactando sua saúde.

O interesse por este tema foi despertado a partir do ingresso na Polícia Militar do Estado do Rio de Janeiro (2011) para pertencer ao quadro de oficiais psicólogos. Uma vez trabalhando já no consultório da Unidade Básica de Saúde, muitos policiais e seus familiares procuram ajuda a cada plantão, munidos com encaminhamento de outros profissionais de saúde ou por iniciativa própria. As queixas principais são: ansiedade, estresse, relacionamento ruim com a família e tristeza. O serviço de saúde da PMERJ não é um serviço de saúde deslocado do todo social, fazemos parte de uma instituição, que, sob minha ótica, adoce conforme passam os dias, portanto sentiu-se necessidade de sair do lugar de psicóloga clínica e mergulhar por outras áreas, principalmente a área de saúde pública.

Nesta revisão de literatura, pretende-se analisar a bibliografia produzida na área de Saúde Pública sobre a relação entre os aspectos institucionais da organização policial militar e a saúde mental policiais que dela fazem parte. De forma mais específica, identificar se os autores selecionados nesta revisão relacionam as características da organização militar ao adoecimento psíquico; compreender quais elementos do trabalho do policial militar são relacionados ao adoecimento psíquico dos profissionais; e verificar se esses mesmos autores discorrem sobre a produção de subjetividade, *ethos*, identidade ou habitus do policial militar.

O trabalho está organizado a partir do referencial teórico, que está subdividido em: um breve histórico sobre a Polícia Militar, Produção de Subjetividade, e Saúde Mental e Trabalho. Em seguida, apresenta-se a metodologia utilizada (revisão de literatura) e os resultados encontrados. Com tais resultados, inicia-se a discussão a respeito do que se mostrou relevante na literatura analisada, finaliza-se ressaltando quais são as lacunas de conhecimento e propostas para futuros estudos.

1. REFERENCIAL TEÓRICO

1.1 Breve histórico sobre a Polícia Militar

Compreender o nascimento e o atual modelo de organização da Polícia Militar brasileira é imprescindível para que se possa analisar a produção de subjetividade de policiais militares. A constituição subjetiva desses profissionais enquanto policiais militares co-emerge com o ingresso e permanência dos mesmos nessa instituição marcada pela lógica militar, a qual objetiva o policiamento ostensivo e preservação da ordem pública.

De acordo com Foucault (1984), a constituição do Estado Moderno fundou-se na produção de uma nova forma de poder que combinava tecnologias de poder totalizantes, as quais buscavam sujeitar todas as práticas dos indivíduos e grupos, e tecnologias de poder globalizantes, que abrangiam práticas gerais de todos e de cada um dos indivíduos e grupos.

Para se compreender a economia política do poder de punir em Foucault (2005) é importante notar a relevância do contrato social. O cidadão que o aceita, mas que rompe com o pacto, torna-se inimigo da sociedade inteira. O direito de punir desloca-se da vingança do soberano do século XVIII, para a proteção da sociedade. Sendo assim, há necessidade em calcular e modelar os efeitos do retorno do castigo sobre a instância que pune e o poder que ela pretende exercer. De acordo com essa visão, o crime traz ao corpo social desordem, a pena passa a ser calculada não pela ofensa passada, mas pela desordem futura (punição funcionando como prevenção).

Foucault (2005) aponta que o modo como se busca engendrar o poder de punir baseia-se sobre seis regras importantes: **1.** regra da quantidade mínima - o crime é cometido porque traz vantagens, se ele fosse vinculado a uma ideia de desvantagem proporcionalmente maior, ele deixaria de ser desejável; **2.** regra da idealidade suficiente - a representação da pena que deve ser maximizada e não sua realidade corpórea.; **3.** regra dos efeitos laterais - a pena há de ter efeitos mais intensos naqueles que não cometeram a falta, o elemento menos interessante ainda é o culpado; **4.** regra da certeza perfeita - cada crime deve estar associado às desvantagens que dele resultam; **5.** regra da verdade comum - a verdade de um crime só poderá ser confirmada quando o for inteiramente; e **6.** regra da especificação ideal - deve existir um código muito preciso para que cada infração possa constar nele. Dessa maneira, além de um código exaustivo e explícito, carece-se de uma individualização das penas, onde se levam em conta as características de cada criminoso. Ocorre, então, uma modulação que diz respeito à natureza, ao modo de vida e de pensar, à qualidade do infrator, e não mais a intenção de sua vontade. A aplicação do poder de punir transfere-se do corpo para o espírito.

Para clarificar e tornar mais apreensível a transformação da economia do poder de punir, o autor informa que a partir do século XVIII, no projeto de reforma jurídica,

A punição é um processo para requalificar os indivíduos como sujeitos de direito, utiliza, não marcas, mas sinais, conjunto codificado de representações, cuja circulação deve ser realizada o mais rapidamente possível pela cena do castigo, e a aceitação deve ser a mais universal possível (FOUCAULT, 2005, p.108).

Referindo-se às disciplinas, Foucault (2005) sinaliza que o corpo sempre foi tido como objeto de investimentos. Contudo, no séc. XVIII, a coação das forças passa a ser realizada mais sobre as forças do que sobre os sinais; os olhares voltam-se à eficácia dos movimentos. Além disso, a coerção é constante, vislumbra mais os processos das atividades do que os resultados e se exerce de acordo com um esquadrinhamento máximo do tempo, espaço e movimentos. “Esses métodos que permitem o controle minucioso das operações do corpo, que realizam a sujeição constante de suas forças e lhes impõem uma relação de docilidade-utilidade, são o que podemos chamar de ‘disciplinas’.” (Foucault, 2005, p.118). O efeito dessa nova política de coerções (disciplina) é a fabricação de corpos submissos e exercitados – corpos dóceis. Ela aumenta as forças do corpo em relação à utilidade e as diminui em relação à obediência.

A disciplina organiza um espaço analítico. Além de satisfazer à vigilância, a demarcação de lugares serve para a criação de espaços úteis. Na disciplina, a unidade é o lugar na fila, cada elemento se define pelo lugar que ocupa na série. Assim sendo, ela individualiza os corpos por uma localização que não os implanta, na verdade os distribui. Além dos espaços, o tempo também precisa ser empregado da maneira mais útil possível. O tempo internaliza-se no corpo e provoca todos os controles minuciosos do poder. O controle disciplinar impõe a melhor relação entre um gesto e a atitude global de um corpo.

Foucault (2005, p.14) propõe que a disciplina produz uma individualidade dotada de quatro características:

É celular (pelo jogo da repartição espacial), é orgânica (pela codificação das atividades), é genética (pela acumulação do tempo), é combinatória (pela composição de forças). E, para tanto, utiliza quatro grandes técnicas: constrói quadros; prescreve manobras; impõe exercícios; enfim, para realizar a combinação de forças realiza “táticas”

É através desse sistema que no séc. XVIII os teóricos percebiam a fundamentação de todo o treinamento militar, desde o controle e exercício dos corpos, até a utilização de forças específicas às multiplicidades mais complexas.

Foucault (2005) ainda afirma que a disciplina “fabrica” indivíduos através da utilização de instrumentos, como: o olhar hierárquico, a sanção normalizadora e sua

combinação num procedimento que é o exame. As instituições disciplinares, tais como a polícia, comparam, diferenciam, hierarquizam, excluem e homogeneizam, ou seja, agem para normalizar. Dentro de um poder normativo em que a homogeneidade é regra, há uma individualização provocada pela mensuração das diferenças individuais.

As disciplinas tendem a se desinstitucionalizar, a penetrar no corpo social, deixando os ambientes fechados para apresentarem-se como processos flexíveis de controle, circulando de modo “livre”. É dessa maneira que as instituições policiais se estendem ao corpo social inteiro, deve se exercer “sobre tudo”, ou seja, os acontecimentos, as ações e os comportamentos. A polícia “procura idealmente atingir o grão mais elementar” (Foucault, 2005, p.176). Tal instituição deve tornar tudo visível e produzir uma série de relatórios e registros sobre aquilo que vê.

Em suma, a polícia do século XVIII, a seu papel auxiliar de justiça na busca aos criminosos e de instrumento para o controle político dos complôs, dos movimentos de oposição ou das revoltas, acrescenta uma função disciplinar. Função complexa, pois une o poder absoluto do monarca às mínimas instâncias de poder disseminadas na sociedade; pois, entre essas diversas instituições fechadas de disciplina (oficinas, exércitos, escolas), estende uma rede intermediária, agindo onde aquelas não podem intervir, disciplinando os espaços não disciplinares; mas que ela recobre, liga entre si, garante com sua força armada: disciplina intersticial e metadisciplina (FOUCAULT, 2005, p.177).

Em uma perspectiva foucaultiana, o poder não pode ser visto como tendo somente efeitos negativos, ele produz a realidade, objetos e rituais de verdade.

Busca-se, neste estudo, olhar para a Polícia Militar como uma instituição disciplinar tal como descreve Foucault e como uma “instituição total”. Goffman (1987) nomeia a instituição total como aquela que pertence a nossa sociedade e tem o caráter de ser mais fechada que outras. O fechamento é simbolizado pela barreira à relação social com o mundo externo e por proibições à saída que muitas vezes estão incluídas no esquema físico. Assim sendo, ele enumera as instituições totais em cinco agrupamentos: 1. as criadas para cuidar de pessoas inofensivas e incapazes (casas para velhos, cegos, órfãos e indigentes); 2. os lugares destinados ao cuidado de pessoas que são incapazes de cuidarem de si e que também podem ser uma ameaça à comunidade, mesmo que de modo não intencional (sanatórios para tuberculosos, hospitais para doentes mentais e leprosários); 3. as que se organizam para proteger a comunidade dos perigos intencionais (cadeias, penitenciárias, campos de prisioneiros de guerra, campo de concentração); 4. o grupo que realiza de modo mais seguro alguma tarefa de trabalho (quartéis, navios, escolas internas); e 5. o grupo que se define por servir de refúgio do mundo, como abadias, mosteiros, conventos e outros claustros.

Nessas instituições, todos os aspectos da vida são realizados em um mesmo lugar e sob uma única autoridade. A função central das instituições totais é o controle de muitas necessidades humanas por uma organização burocrática de grupos completos de pessoas. Devido a isto, haveria uma divisão básica entre um grande grupo controlado (o grupo dos internados) e uma pequena equipe de supervisão. A mobilidade social entre os estratos é rigorosamente limitada, o que implica distanciamento social comumente prescrito. A prescrição também se dá no âmbito informacional, os controlados têm pouco acesso a informações concernentes a suas vidas, o autor exemplifica essa informação com a falta de conhecimento do destino de uma viagem de soldados, no ambiente militar.

Ao tratar do mundo do internado, Goffman (1987) afirma que o novato que chega ao estabelecimento traz consigo uma concepção de si criada através de algumas disposições sociais, entretanto ao ingressar é despido do apoio dado por essas disposições. Seu eu é intensamente mortificado, pois com o ingresso uma série de rebaixamentos, degradações, humilhações e profanações se iniciam. As mudanças ocorrem em sua carreira moral, “uma carreira composta por progressivas mudanças que ocorrem nas crenças que têm a seu respeito e a respeito dos outros que são significativos para ele” (p.24).

Essas instituições possuem processos similares que produzem a mortificação do eu. Durante o período inicial, na instituição podem ser incluídos “testes de obediência”, como receber castigos sem se queixar, por exemplo. Nesse ritual de iniciação, o novato pode ser chamado de “peixe” ou “calouro”, a perda do nome é uma grande mutilação do eu. A mortificação do eu pode ser apreendida através de inúmeras ações, além das já mencionadas, ocorrem diversas “indignidades físicas” notadas em posições corporais humilhantes, respostas também humilhantes e no padrão de deferência obrigatório. Tal padrão é observado quando os internados para se dirigirem às equipes diretoras devem chamar os membros de “senhor” e necessitarem para realizar qualquer diminuta ação inúmeros pedidos e humilhações.

Outro aspecto preponderante na configuração das instituições aqui referidas é que os menores segmentos de atividade de um indivíduo estão sendo sujeitos a regulamentos e julgamentos da equipe diretora: “Violenta-se a autonomia do ato” (Goffman, 1987, p.42). O autor revela que o descumprimento das regras e sua consequência podem provocar nos internados uma angústia crônica. O que ocorre são perdas das decisões pessoais que culminam nos internados à renúncia de suas vontades e de autonomia. O objetivo é que “a mortificação seja complementada pela automortificação, as restrições pela renúncia, as pancadas pela autoflagelação a inquisição pela confissão” (GOFFMAN, 1987, p.48)

Nessas instituições vigoram sistemas de privilégios que são importantes para a reorganização pessoal do internado. Nesses sistemas, coexistem três imprescindíveis elementos: o conjunto de proibições e prescrições que exigem um determinado tipo de conduta do interno; existem prêmios e privilégios dados àqueles que obedecem à equipe dirigente; e os castigos são definidos como consequência de desobediência as regras. A descrição de Goffman sobre as instituições totais leva a uma reflexão sobre a história da Instituição Policial.

Para Santos (1997), a polícia emerge em comunhão com a expansão de poder do Estado, nos principais Estados Europeus marcados pelo Absolutismo. Com a Revolução burguesa existia a necessidade de se controlarem as novas formas de ilegalidades dirigidas contra a propriedade e que ameaçavam a construção do regime disciplinar do capitalismo industrial. Concomitantemente, as cidades tinham suas populações aumentadas, e com isso, aumentavam as “classes perigosas”.

O autor reconhece dois distintos modelos de polícia: o francês e o inglês. O primeiro diz respeito a uma polícia ligada à formação do Estado, fazendo com que o poder imprima sua marca à Polícia, centralizada e estatal. A dupla característica da polícia permanecerá: uma instituição de proteção social e a principal forma de expressão de autoridade. Já a formação da polícia na Inglaterra deu-se tardiamente. O modelo inglês de polícia era baseado em uma relação de membros do aparelho policial com a sociedade local, poderia ser chamado de polícia comunitária. Salientou que, até nossos dias, a organização policial depende da combinação dos dois modelos de polícia: o sistema francês estatal e centralizado e o sistema inglês comunitário.

Retoma-se aqui a noção de polícia proposta por Bayley (2001) para orientar o estudo que se segue. Ou seja, o conjunto de “pessoas autorizadas por um grupo para regular as relações interpessoais dentro deste grupo através da aplicação de força física. Esta definição possui três partes essenciais: força física, uso interno e autorização coletiva” (BAYLEY, 2001, p. 20).

Para o autor, a manutenção da ordem é função essencial do governo; só pode se reconhecer um governo onde existe a ordem. E assim, a função policial trabalha para que os limites em sociedade possam ser respeitados. De acordo com essa perspectiva, os policiais são os agentes executivos da força. É competência exclusiva da polícia usar a força física real ou por ameaça para incidir sobre um comportamento. O que se coloca não é o uso da força, mas a autorização policial para usá-la. Estabelecer o uso da força a princípio exclui o exército. No

entanto, quando formações militares são convocadas para manter a ordem dentro da sociedade devem ser vistas como força policial.

A autorização diferencia a polícia de outros grupos ou organizações que utilizam a força dentro da sociedade para propósitos não coletivos. A polícia diferentemente dessas organizações e desses grupos, está vinculada às unidades sociais das quais derivam sua autoridade. Cabe aqui uma consideração: apesar de a polícia ser vista como co-emergente aos Estados, vários tipos de grupos autorizam o uso interno da força aceitando-o como legítima.

Bayley (2001) atribui ao policiamento moderno as seguintes características atreladas às forças policiais: são públicas, especializadas e profissionais. Cabe sublinhar que para ele agências privadas, não especializadas e não profissionais podem ser consideradas como policiais tanto quanto as públicas, especializadas e profissionais no momento em que façam o uso da força em sua comunidade legitimamente.

Procurando descrever as estruturas nacionais de policiamento, Bayley (2001) considera duas diferentes dimensões de análise: a centralização de comando e o número de comandos. A centralização indica uma direção operacional dada rotineiramente às subunidades a partir de um único centro de controle, logo a independência de comando das subunidades diz respeito à descentralização. Rios (1977) citado por Bayley (2001), afirma, então, que a estrutura de policiamento do Brasil pertence a um sistema moderadamente descentralizado, já que o país proporciona autonomia a 21 Estados. Ao invés de classificar em centralizados e descentralizados, passa a considerar a multiplicidade de forças que estão implicadas no policiamento, com base na superposição de jurisdições, e as subdivide em: multiplamente coordenado (uma força que tem jurisdição sobre qualquer área, mesmo que existam várias forças no país como um todo) e multiplamente descoordenado (mais de uma força tem autoridade sobre a mesma área). O Brasil, então, é classificado como multiplamente descoordenado. O autor ressalta que tanto países centralizados quanto os descentralizados criam agências de polícia com autoridade concorrente, em verdade, todos os países que atuam com forças múltiplas têm forças descoordenadas.

Importante notar que, segundo ele, para se analisar a polícia em território nacional, é de suma importância reconhecer o quanto sua força pode ser ou não poderosa. Afirma que o poder da polícia tende ser maior em países pobres, iletrados e subdesenvolvidos. Também demarca a impossibilidade de se supor que o poder de polícia em um país tenha relação significativa com as necessidades de segurança interna. O que pode ser feito é explicar as variações no poder de polícia entre os países em termos de desenvolvimento econômico e poderio militar. Indica que as violações de ordem social, principalmente os episódios de

violência coletiva, implicam o aumento do poder de polícia. De todas as variáveis analisadas em estudos internacionais e trazidas pelo autor o que chama atenção é o fato de que a polícia parece responder mais às necessidades da elite do que ao público em geral; o que fazem as elites é associar as necessidades de segurança de todo tipo com o crescimento da população, servindo tanto ao público quanto a elas mesmas pela expansão simultânea do poder de polícia.

Define o trabalho policial como aquilo que a polícia é designada para fazer, as situações as quais ela tem que lidar e as ações que ela deve tomar ao lidar com situações. As atribuições são a descrição do que os policiais estão fazendo, ou seja, patrulhamento, investigação, controle de tráfego, aconselhamentos e administração. As ações executadas nas situações podem ser: prender, relatar, advertir, prestar socorros, aconselhar, etc. Todas essas funções são interdependentes. Já as situações com as quais a polícia se envolve podem ser as mais variadas: crimes, brigas domésticas, acidentes de automóveis, pessoas suspeitas, supostos arrombamentos, distúrbios públicos e mortes. E dependem de dois fatores principais: demanda pública (pedidos individuais de ajuda) e decisões que a polícia toma sobre prioridades.

De modo interessante, observa que a necessidade de serviços da polícia aparece em comunidades que não mantêm a disciplina social e a ordem através de processos sociais informais, ou seja, os cidadãos recorrem a instituições para resolver conflitos que antes eram solucionados por grupos informais. Assim sendo, enfatiza que de acordo com o processo de urbanização e industrialização, a polícia passa a lidar com mais serviços e menos solicitações relacionadas com crimes. De fato o que ocorre é que a proporção entre as demandas relacionadas com serviços e as relacionadas com crimes são afetadas pela vontade de contatar a polícia, considerando a conveniência, o grau de resposta da polícia e pela integração de grupos próximos (BAYLEY, 2001).

Segundo Bayley (2001), o comportamento policial é restringido pelas influências da cultura, educação e consciência. O controle desse comportamento é efetivado tanto por mecanismos externos quanto internos à polícia. Conforme a perspectiva do autor, os processos internos são melhores devido a regulação interna poder ser mais completa, intensiva, variada, sutil e diferenciada. São elementos importantes da regulação interna a medida do poder disciplinar detido pela organização, a proximidade da supervisão, a natureza dos processos disciplinares, a vitalidade da responsabilidade do colegiado e a socialização com retidão. Para exemplificar, alguns mecanismos externos seriam tribunais, mídia, partidos políticos, governamental. E alguns internos: supervisão hierárquica, procedimentos

disciplinares organizacionais, responsabilidade entre colegas, socialização, critérios de premiação, vocação para a carreira e contato com a comunidade.

O autor vislumbra alguns direcionamentos para o futuro da polícia: mesmo que o policiamento moderno seja dominado por policiais pagos e vinculados aos Estados, é incerto que a situação mantenha-se a mesma; é possível que haja uma intensificação do policiamento em todos os países em um futuro próximo; a estrutura dos sistemas de polícia nacionais continuará sendo a mesma, na maioria dos países, exceto onde houver deflagrações de violência coletiva ameaçando o regime; os modelos de controles das polícias dificilmente sofrerão grandes mudanças, a não ser pelo fato de que alguns países possam se sentir compelidos a criarem pelo menos uma aparência de consultas populares; e não se tem indicadores que sugiram que a extensão do trabalho com o qual a polícia deverá lidar no futuro mudará substancialmente, fora os novos tipos de crimes ligados ao desenvolvimento tecnológico; e ela continuará a sentir a tensão entre a aplicação da lei e a prestação de serviços.

Após essa breve contextualização sobre a instituição policial, considera-se de extrema importância historicizar a polícia brasileira para que se compreenda como, nos dias atuais, apresenta-se a produção de subjetividade destes profissionais. Para tal, utiliza-se colocações de Holloway (1997). Este autor considerou a instituição policial como uma das instituições mais fundamentais do mundo moderno, a qual permitiu que o poder do Estado atravessasse o corpo social para controlar e dirigir o comportamento das pessoas. O nascimento desta instituição emerge com a transição do séc. XVIII para o XIX, momento em que se difunde a ideologia liberal entre as minorias poderosas e a aplicação de mecanismos impessoais de coerção às minorias impotentes. Sendo assim, as instituições estatais assumiram a autoridade que anteriormente era exercida pelas hierarquias personalistas. Ocorre que a vontade arbitrária do soberano perde lugar para procedimentos judiciais baseados nos direitos do homem e do cidadão e instauram-se mecanismos de punição como o encarceramento disciplinar ao invés da tortura pública, e são criadas instituições burocráticas para penetrar o espaço público, como a polícia. Através da polícia, o Estado pôde proteger a propriedade e controlar o comportamento público.

Para o autor, o Brasil na periferia do capitalismo mundial passou por um processo incompleto de modernização e a elite brasileira desenvolveu instituições policiais *sui generis* para a sua capital (na época o Rio de Janeiro). Estas eram inicialmente instituições copiadas da Europa, mas foram rejeitadas pela criação de procedimentos criados internamente. Interessante notar que os defensores entendem os policiais como agentes necessários da

ordem e disciplina, já os críticos enxergam a polícia como expressão de um Estado autoritário em ação repressiva. Holloway (1997) ainda aponta que mesmo com a abolição da escravatura, o Brasil ainda apresenta-se com instituições, atitudes, relações sociais vinculadas àquela sociedade de escravos e senhores.

O primórdio da polícia no Brasil deu-se com a chegada da família real (1808), quando criam a Intendência Geral de Polícia da Corte e do Estado do Brasil. Esta se baseava no modelo francês introduzido em Portugal, em 1760, e tinha o poder de decidir quais comportamentos poderiam ser considerados criminosos, estabelecer a punição, prender, levar a julgamento, condenar e supervisionar a sentença dos infratores. Concomitante a transferência da família real para o Brasil foi a criação de uma força policial em tempo integral, organizada militarmente e com autoridade para manter a ordem e perseguir criminosos – Guarda Real de Polícia, criada em 1809 (subordinada à Intendência). Praticavam suas funções com brutalidade e violência. Desde o princípio a polícia fora organizada como instituição militar calcada na disciplina, canalizada pela hierarquia e dirigida a alvos específicos. O inimigo da polícia do Rio de Janeiro era a própria população. O objetivo era proteger as pessoas que criaram as regras, já a meta era reprimir e subjugar (através da manutenção da ordem e tranquilidade) aquelas que poderiam impedir o funcionamento da cidade a partir do olhar de quem criou as regras, com a polícia atuando para permitir o cumprimento das mesmas.

Em se tratando da militarização da polícia, esta foi resultado do modelo estabelecido pela Guarda Real de Polícia, de 1809 a 1831, além disso, espelhou o papel importante que coube ao Exército regular a manutenção da ordem pública no período tenso de 1831/32. Através dela, poderia haver garantia de alguma eficiência e disciplina na relação com as refratárias camadas inferiores da sociedade. Desde sua criação a polícia possuiu uma relação hostil com a população, manifestada inclusive fisicamente com as agressões físicas que os soldados cometiam nas ruas. Com isso, em 1831 foram criados regulamentos que impunham que os soldados utilizassem somente a força necessária para efetuar a prisão legal. Outras orientações sempre estiveram presentes no sistema policial do Rio de Janeiro: reagir à força com força superior e ao insulto com subjugação. Comparando a Polícia Militar a outras unidades de policiamento não-militarizadas e os frequentes problemas dentro da própria polícia, os responsáveis acreditaram que seria melhor priorizar a disciplina em detrimento da ação independente.

Sob a visão do autor, a polícia do Rio de Janeiro desenvolveu características especiais por ser a capital da nação, seu principal porto e ponto obrigatório de entrada de negociantes,

turistas e estrangeiros, que levava, por vezes, o Rio de Janeiro a ter diferentes experiências institucionais e de sua polícia ser um reflexo de metas e ideias de um grupo dominante na política nacional. O autor enfatiza que o sistema policial herdado do final do período colonial evoluiu para reprimir e excluir o segmento desfavorecido da população urbana. Cabia à polícia vigiar a conduta das pessoas propensas a violar regras ditadas pela elite, assim como impor limites ao comportamento e reprimir as transgressões.

Holloway (1997) afirma que a Polícia Militar brasileira desde o princípio construiu uma tradição corporativista que a separou da sociedade civil e lhe inculcou a mentalidade “do nós” contra eles, sendo “eles” não só as instituições rivais, mas também a sociedade em geral. “As barreiras que separavam os soldados da sociedade eram deliberadamente reforçadas e mantidas” (p.218). Tal preceito contribuiu para fomentar a violência policial.

Faria, Guimarães e Torres (2005) entendem que a violência policial é aquela que é cometida por integrantes das ações policiais no exercício de suas funções. Ela está baseada na prática de abuso de autoridade contra o cidadão. As autoras acreditam que a concepção de violência policial é restrita por abranger somente usos ilegais da força física por policiais contra outras pessoas conforme são julgadas pela lei penal ou civil, negligenciando uma variedade de outros casos que se utilizam de força física, mas que são considerados ilegítimos ou injustos, mas não ilegais. De acordo com Costa (2004), a violência encontra-se difusa por todas as redes de sociabilidade e poder. Em seu estudo no Mato Grosso, afirma que a violência é uma forma de resolver conflitos nas relações interpessoais e nas que contrapõem os interesses das elites e não elites. Neste estado, a sociedade vem-se organizando para denunciar a violência policial, mas estas nem sempre são esclarecidas e punidas exemplarmente. Práticas abusivas comprometem a imagem das corporações e atentam contra os direitos humanos. O autor acredita que a violência policial está presente em todas as organizações policiais brasileiras e, caso os policiais não sejam responsabilizados e punidos por atitudes ilegais e extralegais, a violência e os abusos tendem a permanecer como prática usual e comum do ofício de polícia. Segundo ele, alguns policiais acreditam estar acima da lei e também que a solução para a criminalidade está na ação truculenta das forças policiais. Tais policiais contam também com o apoio de parte da população e pensam que não serão responsabilizados por seus atos violentos.

Sob o entendimento do autor, para que possamos construir novos modelos e práticas para aumentar a segurança dos cidadãos e em processos democráticos, é fundamental que se aproximar-se da realidade e condições de trabalho destes servidores públicos. As questões sociais requerem reflexões pluridisciplinares, multifocais e interinstitucionais. As ciências

humanas podem contribuir para a compreensão do aumento da violência e criminalidade. O Estado Democrático de Direito exige a participação de toda a sociedade para criar novas soluções e práticas para a questão da violação dos direitos humanos e fortalecimento da cidadania. Portanto, a violência é uma construção social.

Para controlar efetivamente a violência policial é preciso valorizar o policial, investir em novas metodologias e instrumentos de controle social, profissionalizar os policiais para que minimizem o uso da força física e implementar práticas de segurança voltadas para a prevenção, gerenciamento de crises, solução e/ou administração de conflitos sociais com o emprego mínimo da violência ilegítima ou legítima”. (COSTA, 2004, p.117)

Retomando as considerações acerca da Polícia Militar, Ferreira et. al. (2012) afirmam que sua forma de organização e o tipo de trabalho são muito importantes para avaliar os processos de desgastes da saúde dos seus trabalhadores. Devido ao modo como o trabalho se organiza são estabelecidas as atividades, os equipamentos, os métodos, o tempo, o ritmo, a utilização do espaço. Na Polícia Militar, a forma como o trabalho está organizado e as atividades são estabelecidas, baseia-se nos princípios da hierarquia e disciplina. A própria Polícia Militar por si mesma estabelece a divisão das tarefas e relações de trabalho que envolve autoritarismo e subordinação. A organização do trabalho é elemento basilar na construção do sentido do trabalho: como possibilidade de expansão ou contração, como sofrimento ou crescimento. O trabalho do policial é atravessado por uma permanente vigília de suas ações por seus pares, superiores e por toda a sociedade.

A organização policial se constrói e estrutura sob o molde militar, colocando em relevo os princípios da hierarquia e disciplina. A divisão do trabalho é traçada pelas relações hierárquicas e entre pares, onde cada posto possui um papel e uma tarefa no universo do trabalho. O indivíduo que está nessa estrutura se sujeita as condições que incidem sobre seu lugar, como: a jornada de trabalho, o salário, a autonomia para decidir, maior ou menor exposição a riscos e perigos, nível de reconhecimento interno e externo, entre outras. A rigidez do cumprimento de regras na organização policial militar pode ser exemplificada no estudo de Spode (2004, p.111), onde um capitão da Brigada Militar relata que: “...pela minha formação mesmo que eu não concorde plenamente, a partir do momento que foi decidido eu vou cumprir, mesmo não achando que é a maneira mais correta, ou melhor, enfim, eu vou cumprir”

A noção de organização policial militar aqui se apoia na concepção de organização de trabalho construída por Dejours (1992) que a designa como: divisão do trabalho, o conteúdo

da tarefa (na medida em que dela deriva), o sistema hierárquico, as modalidades de comando, as relações de poder, as questões de responsabilidade, entre outras, enquanto que as condições de trabalho dizem respeito ao ambiente físico, ao ambiente químico, as condições de higiene, de segurança e as características antropométricas do posto de trabalho.

Considera-se nesta dissertação a Polícia Militar como uma instituição total, tal como descrita por Goffmann (1987), ou seja, uma instituição que age a partir de processos de mortificação do eu, a qual objetiva produzir nos policiais a renúncia de suas vontades e autonomia. E como uma instituição calcada nos mecanismos disciplinares para produzirem ordem no corpo social, é ela mesma atravessada por tais dispositivos. Estes impõem aos policiais militares uma sujeição constante a Instituição, busca-se assim fabricar corpos submissos e dóceis. Por se considerar o papel central que o trabalho ocupa na vida dos indivíduos como uma das fontes de bem-estar ou adoecimento psíquico é que se concebe como sendo de extrema relevância estudar a organização policial militar.

1.2. Produção de Subjetividade

Neste estudo optou-se por utilizar um conceito caro a Guattari (2006) - a produção de subjetividade - para discorrer sobre o policial militar e nessa perspectiva, o homem-policial militar é atravessado por um território que se impõe e significa outros territórios (suas singularidades). Tal território é mantido através da relação de forças em que predominam aquelas conservadoras. Neste arranjo, a diferença é suprimida. Barros (2009) ao se debruçar sobre as obras de Deleuze e Guattari revela que esta sobrecodificação produz padrões de normalidade. Todavia, a autora afirma que o mesmo pode se abrir e engendrar em linhas nômades ou de fuga – buscam traçar pequenas modificações e nos conectar com o imprevisível - ou se sedentarizar.

Guattari (2006) entende que a subjetividade é produzida por instâncias individuais, coletivas e institucionais, onde os registros que concorrem para o engendramento da subjetividade não mantêm relações hierárquicas obrigatórias. Perante essa subjetividade, não há nenhuma instância dominante de determinação que guie as outras instâncias segundo uma causalidade unívoca. Acredita que há uma heterogeneidade de componentes que concorrem para a produção de subjetividade, como os que advêm da família, da educação, do meio ambiente, do esporte, da religião, da arte; elementos fabricados pela indústria da mídia, do cinema.

Segundo o autor, as transformações tecnológicas que ocorrem nos obrigam a considerar, concomitantemente, uma tendência à homogeneização universalizante e reducionista da subjetividade e uma tendência heterogênea, onde acontece um reforço da heterogeneidade e da singularização de seus componentes. É de extrema importância a constituição de complexos de subjetivação: indivíduo - máquina - trocas múltiplas, que proporcionam à pessoa diferentes possibilidades de recompor uma corporeidade existencial, de deixar seus impasses repetitivos, enfim, de se re-singularizar. Não considera mais uma subjetividade dada em si, mas diante de processos de autonomização. Ocorre, então, a assunção de outras formas diante do campo de forças.

Guattari (2006, p.19) toma ainda como definição provisória para a singularidade: “o conjunto das condições que torna possível que instâncias individuais e/ou coletivas estejam em posição de emergir como território existencial auto-referencial, em adjacência ou em relação de delimitação com uma alteridade ela mesma subjetiva”. Dessa maneira, em determinados contextos, a subjetividade se individualiza, porém também pode se fazer coletiva, o que não quer dizer que por isso torne-se exclusivamente social. Para ele, o coletivo traduz-se como uma multiplicidade que se desenvolve para além do indivíduo, junto ao *socius*.

Ressalta que a subjetividade não é fabricada apenas pelas fases psicogenéticas da psicanálise como também as grandes máquinas sociais, linguísticas que não podem ser qualificadas como humanas. Cada indivíduo, cada grupo social associa seu próprio sistema de modelização da subjetividade, ou seja, um tipo de cartografia feita de demarcações cognitivas, assim como míticas, rituais, sintomatológicas, a partir do qual ele se posiciona em relação a seus afetos e angústias. Evidencia a produção de subjetividade como a matéria-prima da evolução das forças produtivas. Acerca dessa ideia propõe entendermos que tudo o que nos chega através da subjetivação capitalística, não são apenas ideias, mas sistemas de conexão direta entre as grandes máquinas produtivas, as grandes máquinas de controle social e as instâncias psíquicas que definem a maneira de perceber o mundo.

De acordo com Guattari (2000), essa concepção de entender a subjetividade não é passível de totalização ou de centralização no indivíduo. A subjetividade é essencialmente fabricada e modelada no social. Seu campo é o de todos os processos de produção social e material, utiliza a linguagem da informática para situar o indivíduo como se fosse um terminal, esse terminal individual encontrar-se-ia na posição de consumidor da subjetividade. Desse modo, haveria momentos em que a subjetividade pode se individualizar, nessas ocasiões a subjetividade diz eu ou super-eu, reconhece-se em um corpo, em uma parte de um corpo ou num sistema de pertinência corporal coletiva. Ela é essencialmente social, porém é assumida e

vivida por indivíduos em suas existências particulares. Os indivíduos vivem-na a partir de dois extremos: uma relação de alienação e opressão (submete-se a ela tal como a recebe) ou uma relação de expressão e criação (reapropria-se dos componentes de subjetividade, produzindo singularização). Sinaliza ainda que a principal característica de nossa sociedade é a tendência a bloquear os processos de individualização, onde buscam serializar e individualizar. Ao mesmo tempo, nascem os indivíduos e morrem potenciais de singularização.

1.2.1 Produção de Subjetividade/Identidade Policial Militar

A produção de subjetividade policial militar tem o princípio de sua constituição com o ingresso do indivíduo nos Centros de Ensino. Segundo Morais e Paula (2010), as instituições policiais atuam com foco na subjetividade do indivíduo, objetivando criar unidade. Os novos policiais tornam-se similares aos demais membros da classe e percebem-se como diferentes das demais pessoas que não pertencem a Instituição. Alguns autores nos mostram como os princípios militares de “hierarquia e disciplina” são inadequados para o modelo de segurança pública que está em vigor atualmente (Unidades de Polícia Pacificadora), no estado do Rio de Janeiro. O bom tratamento dos cidadãos depende muito mais de uma formação social do que militar. A lógica do militarismo vislumbra o controle dos policiais, no entanto esse controle só pode ter efeitos positivos na vida intramuros dos quartéis. Aqueles que estão na linha de frente, por estarem sobre uma fiscalização menos direta e vigilante, possuem autonomia para imprimir outras possibilidades de ação nas suas atividades, muitas vezes, contrárias ao rígido regulamento disciplinar. Para Costa (2004), a ideologia do militarismo necessita ser desconstruída e desvalorizada como orientadora das práticas dos profissionais de segurança do cidadão. A proposição de um novo modelo de polícia deve começar por um projeto político pedagógico que contemple novos referenciais teórico-metodológicos ao período que vivemos na segurança pública, visto que as Academias de Polícia constroem a ideia do “policial guerreiro” e da existência de um inimigo da sociedade a ser combatido.

Repetidamente, a atividade da polícia militar é considerada como “desumana” pelos policiais militares. Revelam que para exercê-la é preciso ser um “*robocop*” ou seja, uma máquina cujas capacidades humanas devem ser subtraídas. Uma das mais importantes determinações que podem estar na origem dessa concepção é a formação do policial militar (SILVA; VIEIRA, 2008).

De acordo com Muniz (1999), o espírito corporativo encontra-se discretamente inscrito no gestual dos policiais, em como se expressam, como utilizam a palavra, na forma de ingressar nos lugares, na maneira de interagir com as pessoas. Na vida aquartelada, a palavra

é silenciada, os policiais são treinados para que não façam questionamentos, o falar questionador e propositivo não se encontra com frequência na vida dos policiais, são apenas treinados para a ação, também é tomada como objeto de autopolicimento e de autocensura. São utilizadas para transmitir as missões, ordens, instruções, notificações e responsabilidades. Em relação a linguagem corporal, ela apresenta-se com determinados movimentos milimetricamente desenhados no espaço, através da forma impávida de caminhar, do olhar discreto, contudo observador, da pose ereta, e da gesticulação econômica e precisa. Segundo a autora, o *ethos* policial demonstra-se internalizado de tal modo que suas manifestações são apresentadas como normais e naturais para um integrante da força. A ritualização, percebida principalmente quando vista de fora da vida intramuros, trata de um conjunto de valores que são constantemente nutridos e “policiados” por todos os membros da organização.

O período em que estão nas escolas constitui-se como um rito de passagem sempre reatualizado durante o percurso profissional, em que a carreira policial militar está sempre reforçando a descontinuidade do chamado mundo civil. Durante a formação escolar, os policiais militares são adestrados para intervir nos conflitos sociais sem que aprendam que estes conflitos são uma forma de sociabilidade. Objetiva-se, principalmente, a uniformidade das ações e comportamento (MUNIZ, 1999).

1.3. Saúde Mental e Trabalho

Desejando uma aproximação do arcabouço teórico do campo da Saúde Mental fez-se uma exaustiva leitura de alguns autores que produzem sobre o tema e ao final constatou-se que existe uma incapacidade de se convergir para um único entendimento da categoria. Deste modo, o que se segue é como alguns autores definem Saúde Mental, Doença Mental, Transtorno Mental e Sofrimento Psíquico.

Segundo o Relatório sobre Saúde no Mundo (2001), os transtornos mentais e comportamentais são condições clinicamente significativas caracterizadas por variações no modo de pensar e do humor (emoções) ou por comportamentos associados a angústia pessoal e/ou deterioração do funcionamento. Para caracterizar as anormalidades como transtornos elas necessitam ser recorrentes e resultarem em certa deterioração ou perturbação do funcionamento pessoal ou em esferas da vida. O que não significa que toda deterioração humana seja um distúrbio mental. A angústia pode se fazer presente sem que critérios que incorporam os distúrbios estejam presentes, não devendo ser tratada, então, como distúrbio mental. Nesse sentido, o que se apresenta com grande relevância são os impactos que geram os transtornos mentais e comportamentais para as famílias, comunidades e indivíduos. Estes

passam a sofrer devido as incapacidades limitadoras de lazer e atividades laborais. As famílias obrigam-se a prestar apoio emocional, físico e financeiro, e, conseqüentemente, necessitam fazer privações de cunho econômico, social e de tempo.

Apesar de tal definição gerada pela OMS e pela Organização Pan-Americana da Saúde (2001), estudiosos de diferentes culturas conceituam de modos diversos o termo saúde mental. O entendimento para fins deste estudo se centrará, principalmente, no papel da organização policial militar como desencadeadora de modos adoecidos de experimentação da existência. Os autores selecionados para contribuir com o tema proposto nesta revisão, ora falam em sofrimento mental e/ou psíquico ora doença mental. Não me debruçarei em estudar profundamente as distinções entre os conceitos, aqui importa destacar a relevância da categoria Saúde Mental, a qual engloba diferentes conceitos, para a organização policial militar.

Brito (1986) citado por Sampaio e Messias (2011) ressalta que o que se considera consenso sobre doença mental varia em uma dada sociedade ao longo do tempo, como também nos diferentes estratos e subgrupos de uma sociedade, no mesmo momento. Não é possível aproximar-se do que é definitivamente normal, o indefinido e o nitidamente patológico, sem que se considere a cultura.

Complementando a reflexão sobre o conceito de doença mental, Sampaio e Messias (2011) debruçando-se sobre o que foi escrito por Frayse-Pereira (1982), apontam que a noção de doença mental é apresentada através de sua dupla natureza: sendo efeito de um processo orgânico, o qual se expressa comportamentalmente, ou como fenômeno fundado em uma sede estruturada, de onde também surge o critério de julgamento. Existiria, então, uma terceira maneira de entendimento sobre este importante conceito, o que percebe a doença mental como uma experiência de desvelamento do real, de recusa e desmontagem do mundo instituído, mas que esquece a vivência dolorosa que a experiência psicótica representa. Segundo Foucault (2000), a doença mental apresenta-se como o conjunto de reações de fuga e de defesa através das quais o doente mental responde à situação em que se encontra.

Sampaio e Messias (2011) afirmam que os objetos da psiquiatria (doença mental, sofrimento psíquico ou expressões de personalidade) e ela própria são sociais, visto que resultam da atividade histórica dos seres humanos. E, a saúde mental refere-se à outra expressão de múltiplos significados, designa campo de profissões, de políticas, de intervenções as quais absorvem a dimensão médica da psiquiatria social e um estado dos seres humanos. Sob esta ótica, saúde e doença são conceitos que emergem do bem-estar coletivo. Os autores ainda caracterizam o sofrimento psíquico como o conjunto de mal-estares e

dificuldades de conviver com a multiplicidade contraditória de significados, originada das contradições agudas ou crônicas entre consciência/objetividade e das heterogeneidades reais do mundo objetivo. Entendem-na como a dificuldade do sujeito em operar planos e definir sentidos para a vida. Aliando-se ao sentimento de impotência e vazio, onde o eu é experimentado como alheio, enquanto a doença mental é um modo de reapropriação individual, que demonstra o fracasso das tentativas de entender, superar, evitar ou tornar suportáveis os sofrimentos, intensificando o processo de alienação e provocando no sujeito a experimentação de tensões, sem a expectativa de solução.

Os termos saúde mental e trabalho estão intimamente relacionados à saúde do trabalhador que de acordo com Minayo-Gomez e Thedim-Costa (1997) é definida como “um corpo de práticas teóricas interdisciplinares - técnicas, sociais, humanas - e interinstitucionais, desenvolvidas por diversos atores situados em lugares sociais distintos e informados por uma perspectiva comum”. Para os autores, tal campo amplia a visão da Medicina do Trabalho e da Saúde Ocupacional, incluindo o interdisciplinar e o multiprofissional, e pode ser definido como um campo de conhecimento por associar um alinhamento de interesses, em um dado momento histórico, onde as questões, apresentadas politicamente, possuem destaque para serem discutidas sob os vieses científico e epistemológico. Logo, as discordâncias que caracterizam as relações entre capital e trabalho e que assentam nas concepções, relações de força, monopólios, estratégias e práticas dos profissionais despertam nesta área. Contudo, nesta dissertação não se debruçou sobre este campo para a compilação do aporte teórico.

Spode (2004) apoia-se em Tittoni (2002) para expor os dois eixos principais do campo de análise Saúde Mental e Trabalho: o primeiro, voltado para o diagnóstico de sintomas de origem psicológica e suas vinculações a situações de trabalho; sua referência metodológica está baseada na epidemiologia e é representado, principalmente, por Wanderley Codo. O segundo não salienta os diagnósticos ocupacionais, mas sim, as representações dos trabalhadores e suas experiências no campo de trabalho e nas situações de adoecimento, como os estudos de Cristophe Dejours, na França.

De acordo com Codo (2011), o sofrimento psíquico e a doença mental emergem somente quando afetam esferas da vida que são significativas, geradoras e transformadoras de significado. Devido a isto, deve-se também procurar as causas do sofrimento psíquico no trabalho, pois este é uma atividade humana geradora de significado. A seu entender, o trabalho é definido como uma dupla relação de transformação entre o homem e a natureza, geradora de significados. Ou seja, o autor destaca a relevância do papel do trabalho em relação ao sofrimento psíquico e à doença mental. “O trabalho só é trabalho quando controla

toda e qualquer modificação do meio advinda de sua intervenção” (CODO, 2011, p.175). Dessa maneira, a perda de controle sobre o trabalho implica sofrimento ou doença mental, o que pode ocorrer de duas maneiras: quando as transformações sofridas com os próprios gestos se perdem de si ou quando o trabalho é sempre o mesmo (rotina). Um trabalho pode ser controlado pelo produto, pelo cliente, pela hierarquia ou pelo próprio trabalhador.

Um ponto importante assinalado pelo autor é que a divisão social do trabalho pode bloquear a apropriação do sentido do trabalho, tornar inatingível seu significado. Ocorre que para um diagnóstico em saúde mental e trabalho torna-se imprescindível investigar a relevância que o trabalho tem para o sujeito e a importância que o mesmo confere a seu trabalho, sem deixar escapar a divisão do trabalho dentro da unidade produtiva e entre as unidades produtivas. O trabalho se realiza em meio a uma sociedade estruturada, onde a maneira como se constitui a divisão de trabalho organiza o cotidiano das pessoas. Conseqüentemente, o trabalho afeta o suporte social, afetivo e as relações trabalho-família. Isto posto, o trabalhador em sua atividade está ali como sujeito que está entre sua subjetividade e sua objetividade. Afeto e razão aliam-se em cada gesto produtivo. A afetividade seria as relações imediatas com os outros e as coisas, e a razão como a construção de mediações entre o outro ou as coisas e o sujeito, assim sendo o trabalho tem um significado, concomitantemente, objetivo e subjetivo. Além dos significados já citados, ele também é transubjetivo, por ser social, na sua formulação e na apropriação coletiva que se faz do produto, encontra-se em diálogo constante com o outro.

Ao tratar do sofrimento psíquico, o mesmo autor acredita que o processo não é linear: depende do contexto, da história de vida e do encadeamento dos eventos em uma situação concreta. O processo saúde-doença se realiza na história de vida do sujeito, portanto os instrumentos de análise revelam somente parte de como o indivíduo está naquele momento. Por conseguinte, a etiologia da doença mental só pode ser traçada de forma probabilística. Um dado pertinente é que os problemas gerados por sofrimento psíquico nas organizações passaram a ser, na década de 1990, responsáveis pela segunda causa de afastamento do trabalho (CODO, 2011).

O significado do trabalho, ou seja, o controle do trabalhador sobre o trabalho, a importância social do trabalho, a rotina, o sentido do trabalho, as relações sociais de produção, ou seja, o relacionamento com colegas e hierarquia, as atitudes do trabalhador frente ao trabalho, sua satisfação e seu comprometimento, a carga mental no trabalho, as dificuldades no relacionamento social do trabalhador devido ao trabalho, o suporte social, o suporte afetivo, o conflito trabalho-família,

são todas variáveis já reconhecidas como importantes para determinar o nível de saúde mental do trabalhador (CODD, 2011, p.187).

A Psicopatologia do trabalho proposta por Dejours, de modo diferente daquela focada em evidenciar uma clínica de doenças mentais que poderiam ser produzidas pelo trabalho, interessa-se por estudar a normalidade, ou seja, como os sujeitos conseguem enfrentar a loucura e a doença, contudo sem deixar fora da problematização o sofrimento. Propõe também que a relação saúde mental-trabalho passa pelo coletivo, desindividualizando esta relação. Na mesma direção, rompe com os modelos médicos-biológicos ratificando a dificuldade de se propor uma abordagem epidemiológica saúde-mental no trabalho uma vez que entre as pressões de trabalho e a doença mental está o indivíduo com sua estrutura mental (conjunto de caracteres supostamente variáveis e instáveis em cada indivíduo) que pode compreender sua situação, além de poder reagir e se defender. Sob sua visão, as pressões do trabalho são incapazes, por si mesmas, de fazer emergir uma psicopatologia de massa (DEJOURS; ABDOUCHELI, 2014).

Para Dejours (1992), o sofrimento mental é resultante da organização do trabalho. É interessante apresentar como seu estudo com operários pode ser transposto aos policiais militares. Desse modo, analisar a experiência operária pode contribuir para a compreensão da expressão de sofrimento apresentada pelos policiais militares. A partir do discurso dos operários, ele aponta provisoriamente dois sofrimentos importantes organizados atrás de dois sintomas: a ansiedade e a insatisfação. Desse discurso podem se destacar temas que são recorrentes: a indignidade (nasce do contato forçado com uma tarefa desinteressante, envergonham-se por serem robotizados), a inutilidade (sua tarefa não tem significação humana) e a vivência depressiva.

Dejours (1992) afirma que em um trabalho rigidamente organizado, como em um cenário regido pela lógica do militarismo onde a rigidez é uma das marcas, nenhuma adaptação do trabalho a personalidade é possível. As frustrações que são desencadeadas pelo conteúdo significativo inadequado às potencialidades e às necessidades da personalidade podem ser grandes esforços de adaptação. Evidencia que mesmo condições de trabalho ruins não são capazes de provocar medo com uma organização rígida e imutável. O sofrimento inicia-se quando a relação homem-trabalho está bloqueada, ou seja, começa quando a certeza que o nível de insatisfação não pode diminuir. Em suma, quanto mais rígida é a organização, mais a divisão do trabalho é acentuada, menor é o conteúdo significativo do trabalho e menores são as possibilidades de mudá-lo, implicando aumento do sofrimento. Para ele, o

sofrimento mental que advém do conteúdo significativo da tarefa pode também levar a doenças somáticas.

2. METODOLOGIA

O método escolhido para este estudo foi a revisão de literatura, o qual contribui para a delimitação da unidade de leitura, definindo o tema escolhido e permitindo a captação de fonte de ideias para novas investigações, a orientação em relação ao que já é conhecido, a percepção de temas e problemas pouco pesquisados e a compreender o momento em que a situação problema está esclarecida. Desse modo, pode-se identificar o que já foi e o que ainda necessita ser pesquisado. É desse confronto das diferentes opiniões dos variados autores que emerge uma posição em relação a dado assunto; são vários enfoques dentro de um mesmo tema (ESCHER, 2001).

A revisão de literatura proposta neste estudo é de caráter descritivo e compreensivo, onde serão trabalhados os temas organização policial militar, produção de subjetividade e saúde mental, enquanto categorias analíticas.

Esta revisão se apoiará nas seguintes etapas propostas por Moreira (2004):

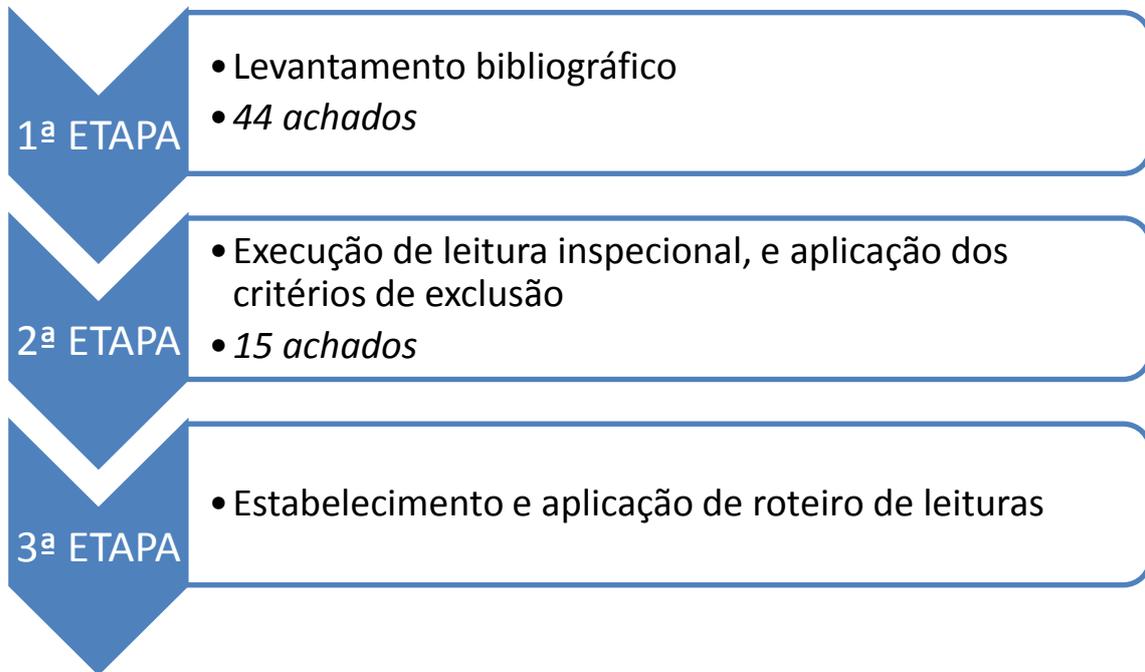
1ª Etapa - LEVANTAMENTO BIBLIOGRÁFICO: Com o objetivo de conhecer os trabalhos científicos que têm sido produzidos sobre o tema foram feitos sucessivos levantamentos bibliográficos, através do site da Biblioteca Virtual de Saúde (BVS), sendo o último em maio de 2014, o qual utilizou a seguinte estratégia de busca: ("saude mental" OR "doenca mental" OR "estresse" OR "ansiedade" OR "depressao" OR "esquizofrenia" OR "transtorno mental" OR "sofrimento psiquico" OR "sofrimento" OR "sofrimento mental") AND Policia\$ Militar\$. Os estudos (artigos, dissertações e teses) poderiam pertencer a qualquer fonte e terem sido publicados em qualquer data. Dessa maneira, foram encontrados 44 resultados.

2ª Etapa - EXECUÇÃO DA LEITURA INSPECIONAL: A partir destes resultados, foi feita a leitura de todos os títulos e resumos que abordaram o tema Polícia Militar. Nesta etapa, foram excluídos artigos referentes a estudos sobre a Polícia Civil e aqueles que não estavam disponíveis Online. Também foram eliminados os artigos duplicados. Utilizando o critério de exclusão, permaneceram na análise 15 trabalhos científicos.

3ª Etapa - ESTABELECIMENTO E APLICAÇÃO DE ROTEIRO DE LEITURA: Foi feita a leitura de artigos, dissertações de mestrado e teses de doutorado, na íntegra, para identificar como os textos revisados poderiam responder aos objetivos e identificar se os autores relacionam as características da organização militar ao adoecimento psíquico, compreender quais os elementos do trabalho do policial militar que os autores relacionam ao adoecimento psíquico dos profissionais e Verificar se os autores discorrem sobre a produção de subjetividade, *ethos*, identidade ou habitus do policial militar.

Com o fito de demonstrar com maior clareza os resultados encontrados, abaixo está apresentado um fluxograma baseado na metodologia escolhida.

Apresentação de resultados



3. RESULTADOS

Foram identificados 44 resultados com textos disponíveis. Após a triagem a partir dos temas de interesse: organização policial militar, produção de subjetividade e saúde mental, permaneceram 21 estudos, sendo 6 duplicatas que foram retiradas, resultando para análise final 15 artigos. (Ver Quadro 1)

Quadro 1. Caracterização dos textos selecionados segundo ano, base de dados, tipo, autor, estado, metodologia utilizada e objetiva.

Nome do artigo	Estado	Metodologia	Objetivo
Estresse ocupacional em mulheres policiais (2013)	RJ	Metodologia qualitativa. Instrumentos: entrevistas, grupos focais e observação N: 42 policiais	Apresentar e discutir o estresse ocupacional vivenciado por mulheres policiais militares, a partir de um estudo realizado na Polícia Militar do Estado do Rio de Janeiro.
Fatores associados ao sofrimento psíquico de policiais militares da cidade do Rio de Janeiro, Brasil (2012)	RJ	Metodologia quantitativa. Instrumentos: questionários e escala Self-Reported Questionnaire (SRQ-20) N: 1120 policiais	Investigar a associação entre sofrimento psíquico e a qualidade de vida, as condições de saúde e de trabalho dos policiais militares do Rio de Janeiro
Condições de trabalho e morbidade referida de policiais militares, Recife-PE (2012)	PE	Estudo Epidemiológico de corte Instrumento: escala Karasek N: 288 policiais	Analisar as condições de trabalho e a morbidade referida por Policiais Militares (PM) do Recife-PE.
Interações interpessoais e estresse entre policiais militares: um estudo correlacional (2012)	RJ	Metodologia quantitativa. Instrumentos: Inventário de Sintomas de Stress para Adultos de Lipp (ISSL) e ao Check List of Interpersonal Transactions – II (CLOIT-II). N: 327 alunos dos cursos de formação de oficiais	Verificar como as interações interpessoais se relacionam com o estresse e investigar uma evidência de validade para o Checklist de Relações Interpessoais-II (CLOIT-II), assim como verificar o efeito do tempo de carreira nos níveis de estresse e nas características de relacionamento interpessoal entre os policiais alunos.
Saúde Mental do Policial Militar: relações interpessoais e estresse no exercício profissional (2012)	PR	Metodologia quantitativa. Instrumentos: Inventário de Sintomas de Estresse de Lipp (ISSL) e ao Checklist de Relações Interpessoais – Revisado (CLOIT-R). N: 325 alunos dos cursos de formação de oficiais	Verificar o efeito do tempo de carreira nos níveis de estresse e nas características de relacionamento interpessoal entre os policiais alunos dos cursos de formação de oficiais da Polícia Militar, de um estado brasileiro.
Impacto das atividades profissionais na saúde física e	RJ	Abordagem quantitativa (amostragem Aleatória simples por conglomerados, alcançando um total de 1.458 policiais civis e	Analisar o adoecimento físico e mental de policiais civis e militares do Estado do Rio de Janeiro, segundo condições de trabalho e atividades profissionais.

mental dos policiais civis e militares do Rio de Janeiro (RJ, Brasil) (2011)		1.108 policiais militares que responderam a questionários anônimos) e abordagem qualitativa (grupos focais com 143 profissionais e 18 entrevistas com gestores de ambas as polícias).	
Avaliação de estresse em policiais militares (2010)	MG	Metodologia quantitativa. Instrumentos: Inventário de Sintomas de <i>Stress</i> para Adultos de Lipp (ISSL) N: 38 policiais	Verificar o nível de estresse em policiais militares
Estresse e comprometimento com a carreira em policiais militares (2010)	RS	Metodologia quantitativa. Instrumentos: questionários sociodemográfico, Escala de Comprometimento com a Carreira e Inventário de Sintomas de Estresse para adultos. N: 75 policiais	Desenvolveram um estudo comparativo dos níveis de estresse e comprometimento na carreira de policiais militares de Santa Maria (RS), divididos de acordo com a função desempenhada: atendimento do 190 (pelo telefone), serviços administrativos e policiamento ostensivo.
Estresse: diagnóstico dos policiais militares em uma cidade brasileira (2007)	RN	Metodologia quantitativa. Tipo: estudo descritivo, com corte transversal. Instrumentos: Inventário de Sintomas de Stress para Adultos de Lipp N: 264 policiais	Diagnosticar a ocorrência e a fase de estresse em policiais militares da Cidade de Natal, Brasil, além de determinar a prevalência de sintomatologia física e mental.
Estudo sobre o trabalho policial e suas implicações na saúde mental (2009)	SP	Metodologia qualitativa. Instrumento: levantamento bibliográfico da produção científica	Traçar algumas considerações acerca da atuação do policial militar, verificar e detalhar a incidência de estudos cujo tema relaciona-se ao trabalho do policial como precipitador do sofrimento psíquico e implicações na saúde mental do trabalhador.
Identidade do policial militar e dinâmica cultural (2008)	RJ	Metodologia qualitativa. Instrumento: revisão de literatura	Verificar se (e como) as práticas, valores e normas organizacionais, os quais para ela podem ser entendidos como o etos da Polícia Militar do Rio de Janeiro, tanto como o modo como a sociedade percebe essa corporação, intervém, molda ou modifica a imagem que cada policial militar faz de si.
O processo do trabalhador do militar estadual e saúde mental (2008)	PB	Metodologia qualitativa. N: 19 policiais (7 de maneira individual e 12 integrantes de grupos de discussão)	Identificar como a organização se estrutura e relacioná-la a saúde mental dos policiais militares
Trabalho policial e saúde mental: uma pesquisa junto aos capitães (2006)	RS	Método qualitativo Instrumentos: pesquisa documental, acompanhamento do cotidiano de trabalho e realização de entrevistas (N=7).	Pesquisar as relações entre o trabalho dos Capitães da Polícia Militar e sua saúde mental, a partir dos aspectos deste ofício que geram prazer e sofrimento.
Uma experiência de plantão psicológico na polícia Militar do Estado de São Paulo: reflexões sobre sofrimento e demanda	SP	Método qualitativo Instrumento: depoimento N: 4 policiais	Compreender o sentido do plantão psicológico junto a alguns policiais militares de duas Companhias da Polícia Militar do Estado de São Paulo

(2005)			
De elemento a cidadão: transformações no cotidiano do trabalho do policial militar (1999)	ES	Método qualitativo Instrumento: entrevista N: 47 policiais	Compreender os efeitos do trabalho do policial militar na saúde do trabalhador, bem como de observar como se dão os processos de subjetivação que são engendrados a partir do seu trabalho. Assim como, conhecer também como se daria o impacto das mudanças organizacionais e sociais no trabalho da Polícia Militar e como o policial enfrenta essas mudanças.

Conforme observamos no quadro acima:

1. **Bezerra et. al.** em pesquisa qualitativa por meio de entrevistas, grupos focais e observação de mulheres policiais militares (42) com o objetivo de apresentar e discutir o estresse ocupacional vivenciado por mulheres policiais militares apontaram que: as policiais relacionaram o cotidiano do trabalho ao estresse e mostraram como o relacionamento familiar é afetado; seu estresse tem origem basicamente na questão organizacional e gerencial do trabalho; discriminação de gênero e assédio são percebidos por elas como importantes fatores estressantes; o sofrimento psíquico aparece mais fortemente entre as oficiais com cargos de chefia; hierarquia como fator gerador de estresse para oficiais e praças; dificuldade de desligar dos problemas fora do horário de serviço; e as atividades operacionais são percebidas como mais estressantes. Recomendaram que a Corporação implante programas com metodologia participativa, a prática de exercícios físicos e esporte, a ioga e outras modalidades de relaxamento e meditação, investimento na qualidade da alimentação e incentivo as consultas médicas regulares e preventivas, e principalmente que a Polícia Militar do Rio de Janeiro se proponha a rever sua organização e suas práticas sob a perspectiva de gênero; 2. **Souza et. al.** analisaram, neste artigo, apenas alguns dados quantitativos de uma pesquisa maior que ocorreu no período de 2005 e 2007, com 1.120 policiais. O objetivo deste artigo foi investigar fatores associados ao sofrimento psíquico dos policiais militares da cidade do Rio de Janeiro. Verificaram que: nenhuma variável do perfil socioeconômico e demográfico dos policiais permaneceu no modelo como explicativa do sofrimento psíquico; a insatisfação com vários aspectos da vida aumenta as chances de sofrimento psíquico dos policiais militares; nenhuma das dimensões do apoio social se mostrou associada ao sofrimento psíquico; a presença de certos distúrbios dos sistemas nervoso e digestivo, problema muscular, ósseo e de pele, assim como de problemas de visão, audição e fala elevam o risco de sofrimento psíquico; os policiais que sofreram vitimização apresentam maiores chances de desenvolver sofrimento psíquico. E, concluíram que há maior probabilidade de desenvolvimento de sofrimento psíquico entre os policiais que em relação a qualidade de vida (capacidade de reagir a

situações difíceis, satisfação com a vida, apoio social, dentre outras), não estão satisfeitos com sua capacidade de reagir a situações difíceis (1,998 vez mais que aqueles que estão muito satisfeitos ou satisfeitos) e não estão satisfeitos com sua vida como um todo (2,324 vezes mais que a chance daqueles que estão muito satisfeitos ou satisfeitos). Ao analisarem as condições de trabalho (tempo de serviço na polícia, condição de vida após ingresso na corporação, trabalhar além do horário etc.) e relacionarem-nas ao desenvolvimento de sofrimento psíquico, perceberam que os mais afetados são os policiais militares que desenvolvem poucas vezes atividades além do horário; frequentemente apresentam estresse e que sofreram alguma vitimização. Em relação ao tempo de serviço, 13,2% dos que estavam há dez anos na corporação apresentavam sofrimento psíquico, contra 24% dos que trabalhavam de 11-20 anos e 16,2% dos que tinham mais de vinte anos na polícia. Para os autores, tais constatações suscitariam reflexões acerca do salário, do processo de organização institucional dos cuidados dispensados a saúde e das condições de vida pessoais e familiares desses servidores. Como recomendação, tais autores informam que seria importante a criação de espaços de escuta onde o sofrimento destes policiais poderia ser colocado em análise e a importância da realização de pesquisas que ajudem a respaldar ações transformadoras; **3. Ferreira et. al.** em estudo epidemiológico de corte transversal, em que participaram 288 policiais militares praças do sexo masculino, em Recife-PE, analisaram as condições de trabalho e a morbidade referida por esses policiais militares. Os dados foram coletados mediante questionário semiestruturado, sobre aspectos sociodemográficos, morbidades, demandas e controle no trabalho e baseia-se no modelo demanda-controle elaborado por Karasek (1979). Segundo esses autores, a maioria dos policiais identificou seu trabalho como de baixo controle, alta demanda física e baixo suporte social necessitando mudanças na organização do trabalho; o conteúdo de trabalho mostrou-se como predominantemente negativo para as demandas psicológicas e físicas e o suporte social do superior e, como predominantemente satisfatório para o suporte social entre colegas de trabalho e alguns elementos de autonomia (habilidade e autoridade decisória). Os autores apontam que os resultados obtidos podem pautar políticas e estratégias de melhorias das condições de maiores vulnerabilidades no trabalho de policiais e de outros grupos de trabalhadores e recomendam melhor organização do trabalho para uma redução do ritmo acelerado, das cargas excessivas, das demandas conflitantes, do elevado esforço físico, da permanência prolongada em posições fisicamente incômodas e a utilização de estratégias que promovam maior integração e cooperação entre os níveis hierárquicos; **4. Couto G et. al.** em pesquisa, na qual participaram 327 alunos dos cursos de formação de oficiais da Polícia Militar de um estado brasileiro com idades entre 18 e 49 anos e tempo de

serviço variando entre 2 meses e 24 anos, com objetivo de verificar como as interações interpessoais se relacionam com o estresse e investigar uma evidência de validade para o Checklist de Relações Interpessoais-II (CLOIT-II), assim como verificar o efeito do tempo de carreira nos níveis de estresse e nas características de relacionamento interpessoal entre os policiais alunos dos cursos de formação de oficiais da Polícia Militar de um estado brasileiro. De acordo com os autores, o estresse prejudica a qualidade das relações interpessoais, o que também constitui importante fator gerador de mais estresse; pessoas que apresentam sintomas de estresse tendem a assumir posições interpessoais arreadias; as posições interpessoais que mais se relacionaram com estresse foram *desconfiança* e *frieza afetiva*, e interações de caráter mais passivo como *inibição*, *insegurança* e *isolamento*; **5. Couto G et. al.** em outro estudo verificaram o efeito do tempo de carreira nos níveis de estresse e nas características de relacionamento interpessoal entre os alunos dos cursos de formação de oficiais da Polícia Militar, de um estado brasileiro e constataram que havia sintomas de estresse em 55,9% da amostra e um efeito positivo do tempo de carreira na saúde dos policiais. Apontaram a necessidade de introduzir medidas de controle de estressores para proteger tais policiais de danos a saúde; **6. Minayo et. al.** em estudo de abordagem quantitativa e qualitativa revelaram que o sofrimento psíquico (depressão, ansiedade, sintomas psicossomáticos) está em 33,6% dos policiais militares. As praças da Polícia Militar mencionaram alguns fatores responsáveis por sua “péssima” qualidade de vida, os quais afetam a saúde como: ter dois empregos; ficar 12 horas na rua se alimentando de apenas uma refeição; trabalhar sob pressão; ficar alerta e dormir pouco. Os autores revelaram que o sofrimento psíquico derivado das condições e situações de trabalho é muito pouco considerado nos cuidados de saúde oferecidos pelas corporações. Também apontaram que, embora a maioria dos policiais estudados reconheça que seu trabalho é fonte de sofrimento e de adoecimento, se pudessem escolher novamente, mais de 70% dos membros das polícias civil e militar escolheriam, de novo, a mesma profissão. E, que os policiais operacionais, em ambas as polícias, estão mais suscetíveis aos riscos e aos agravos provenientes do trabalho. Denotaram que a possibilidade de evidenciar os problemas concretos de saúde física e mental dos policiais permitirá as corporações traçar planos de ação, onde seus membros possam ser participantes ativos do processo, para valorizar seus profissionais, através de críticas ao processo de trabalho, às condições gerais de prestação de serviços e à situação de sua vida fora da instituição; **7. Dantas et. al.** verificaram o nível de estresse em 38 policiais militares, sendo 13% do sexo feminino e 87%, do sexo masculino; 16% exerciam funções administrativas, e 84% funções operacionais. Constataram: prevalência de 44,7% de policiais com algum nível de estresse; policiais militares do sexo

feminino apresentaram mais estresse; os policiais operacionais apresentaram maior nível de estresse (76,5%); o estresse foi identificado com maior concentração entre 25 e 41 anos de idade; a falta de perspectiva global do processo de trabalho do policial conduz a uma atitude imediatista, reativa e excessivamente focada nos aspectos operativos, provocando grande sofrimento mental. Concluíram que: é preciso formular tratamentos ou ações preventivas para o que estressa o policial eliminando os estressores; adotar tratamentos capazes de aumentar a resistência desses profissionais e aliviar os sintomas presentes no momento; ter alimentação equilibrada, relaxamentos, exercício físico, acompanhamento psicológico individual e, conseqüentemente, estratégias de enfrentamento para manter a estabilidade emocional dos policiais; **8.Oliveira e Bardagi** desenvolveram um estudo comparativo dos níveis de estresse e comprometimento na carreira de policiais militares, divididos de acordo com a função. Participaram 75 policiais militares, 70,7% do sexo masculino e 29,3% do sexo feminino, com idades entre 22 e 44 anos, separados em três grupos: 26 policiais que trabalhavam no 190, 7 policiais em atividades administrativas e 42 no policiamento ostensivo. Foram utilizados o Questionário sociodemográfico, a Escala de Comprometimento com a Carreira e o Inventário de Sintomas de Stress para Adultos. Observaram: sintomatologia de estresse em 57,3 dos participantes, manifestada, principalmente, por sintomas psicológicos (34,7%), sendo 65,4% com sintomas no grupo do 190 (atendimento de emergência), 57,1% no grupo do policiamento ostensivo e 28,6% no grupo do administrativo; predominância de mulheres com a sintomatologia (72,7%) contra apenas 50,9% de homens; maioria dos participantes, independente de gênero ou área de atuação, encontra-se na fase de resistência ao estresse. Ainda segundo os autores, a identificação com o trabalho é similar entre homens e mulheres; não se confirmou uma possível associação entre estresse e comprometimento com a carreira. Concluíram que as intervenções que podem ser eficazes para o manejo do estresse são o desenvolvimento de um programa de diagnóstico, orientação e controle do estresse; a identificação dos estressores externos e internos, presentes no cotidiano dos policiais; programa de atividades físicas, alimentação adequada, técnicas de relaxamento, sono apropriado às necessidades individuais, repouso e lazer; **9. Costa et. al.** em estudo descritivo, de corte transversal com 264 policiais, sendo 95,5% do sexo masculino, 87,5% com idade inferior a 40 anos em grupos estratificados segundo os quatro grandes grupos hierárquicos existentes na corporação: oficiais superiores e intermediários, oficiais subalternos, cabos e soldados. Utilizaram o Inventário de Sintomas de Stress para Adultos de Lipp constataram predominância de estresse em cabos e soldados (79,5%); expressivo percentual de policiais entre 2 e 9 anos (53,4%) de serviço; e 71,2% dos policiais possuíam jornada semanal superior

a 40 horas; os níveis de estresse estavam mais presentes nos postos responsáveis pela tomada de decisões e gerenciamento e nos postos responsáveis pela operacionalização e execução das tarefas. Recomendaram: aplicação de um efetivo programa de diagnóstico, orientação e controle do estresse e identificação dos eventos estressores, por meio de *check-up* médico e psicológico anual; implementação de um programa de atividade física, esporte, ioga e lazer; construção ou recuperação de espaços adequados a essas práticas; aumento do número de policiais, principalmente de soldados; **10. Silva** aponta para a escassez de estudos que abordam a temática do policial militar e a saúde mental, acreditando na existência de empecilhos encontrados pelos pesquisadores para entrarem em contato com o efetivo policial. A autora afirma que: as situações de vulnerabilidade que dão margem ao sofrimento psíquico podem não ser percebidas pelos indivíduos culminando em diversos problemas em sua saúde; esse profissional se disponibiliza permanentemente ao trabalho o que pode causar sofrimento psíquico; o enfrentamento da morte parece ser mais um dos pontos conflitivos o qual se alia a atribulada rotina do policial militar em serviço; o policial seja reconhecido como o que Baumann (1998) denominou como estranho; haveria uma cultura policial reconhecida como “cultura do saudável” do forte, do herói impedindo o aparecimento de pensamentos e sentimentos relacionados a situações conflitivas; haveria uma associação entre o sofrimento com a ideia de fraqueza masculina; **11. Rocha** buscou verificar se (e como) as práticas, valores e normas organizacionais, os quais para ela podem ser entendidos como o ethos da Polícia Militar do Rio de Janeiro, assim como o modo como a sociedade percebe essa corporação, intervém, molda ou modifica a imagem que cada policial militar faz de si. A identidade é entendida como parte da subjetividade do policial, ocasionando arranjos e processos identificatórios conscientes ou não conscientes; a formação e o preparo dos policiais militares são necessários para a construção de uma “identidade policial” e na prestação eficaz de serviços ostensivos civis de polícia. Ressalta a integral disposição exigida dos policiais à instituição e interessou-se em olhar para a saúde do policial militar, especificamente, através do Transtorno de Estresse Pós Traumático; **12. Silva e Vieira** assinalaram que o encontro das forças advindas da organização do trabalho, da precarização do trabalho e da sociedade marcada pela insegurança pode provocar danos sistemáticos à saúde mental dos policiais militares. O estudo realizado por esses autores foi de caráter qualitativo, exploratório-descritivo, com 19 policiais militares, sete deles considerados de maneira individual e doze integrantes de grupos de discussão (quatro grupos). Além da abordagem individual e em grupo os autores realizaram também “observação livre” e técnicas fundamentadas na Ergonomia da Atividade e na Psicodinâmica do trabalho. Revelaram que:

alguns fatores contribuem para o sofrimento psíquico desses profissionais, como baixos salários (92%), carga excessiva de trabalho (69%) e condições de trabalho desfavoráveis (61%); as pressões da organização de trabalho e a sociedade podem influenciar no aumento da fadiga e nas crises mentais; o alto índice de soldados e cabos reformados aponta para o forte impacto negativo sobre a saúde mental daqueles que atuam nas atividades-fim; o acúmulo de funções atribuídas à Polícia Militar dispara questionamentos sobre a aplicabilidade da organização do trabalho policial frente à realidade social atual; a precarização das condições de trabalho dos policiais militares pode ser proveniente dos equipamentos e instrumentos inadequados, da restrição de recursos orçamentários, dos salários desproporcionais e da falta de capacitação profissional; o percentual de aposentadorias por invalidez devido a transtornos psiquiátricos equivale a 25,5%. Ressaltaram que cerca de 75,8% dos policiais reformados situam-se na faixa de 20 a 29 anos e verificaram que 73,2% dos mais afetados são os soldados e cabos. Advertem que a sociedade é quem sofre grandes consequências devido a inoperância deste sistema; **13. Spode e Merlo** em estudo de método qualitativo com pesquisa documental, acompanhamento do cotidiano de trabalho e realização de entrevistas pesquisaram as relações entre o trabalho dos Capitães da Polícia Militar, homens com idades entre 29 e 40 anos, e sua saúde mental, a partir dos aspectos deste ofício que geram prazer e sofrimento. Os capitães afirmaram que: a elevada carga de trabalho torna a profissão desgastante; encontravam grande satisfação na profissão; a falta de condições de trabalho adequadas e o não-reconhecimento do trabalho efetivamente poderiam ser fonte de sofrimento; as relações que se estabeleciam entre policiais possuíam um papel fundamental nas vivências de prazer e de sofrimento no trabalho; a atividade operacional demanda uma grande carga de trabalho, levando tais policiais a cumprirem o horário de serviço para além das seis horas estipuladas; a atividade administrativa foi considerada a pior parte do trabalho; há uma disponibilidade permanente demandada pelo trabalho, culminando em um quadro de preocupação constante; um dos motivos para a satisfação do trabalho é o reconhecimento da importância social do trabalho; existem espaços de autonomia que os permitem criar; há uma divisão e a desconfiança que fortalecem a animosidade entre Oficiais e Praças. Os autores ressaltaram que os maiores desafios para fortalecer as relações intersubjetivas possam contemplar o vínculo de confiança e o reconhecimento e parecem situar-se na própria forma como é organizado o trabalho e nos mecanismos disciplinares; **14. Oliveira** em sua dissertação objetivou compreender o sentido do plantão psicológico por policiais militares de duas Companhias da Polícia Militar, utilizando a técnica do depoimento (4 policiais). O plantão psicológico se configurou como espaço para aprendizagem de experiências, ou seja, mostrou ser uma forma de intervenção

relevante e efetiva. Por meio da interpretação dos quatro depoimentos o autor percebeu que: há uma nítida divisão entre a vida profissional e a pessoal de cada policial e que o plantão é representado como uma tentativa de subversão; o policial antes de entrar em contato com o plantão psicológico acreditava que de nada adiantava estar ali, no entanto, após começar a ser atendido, ele podia se perceber como uma pessoa diferente; tendo em vista o local exposto onde se realizavam os plantões, disse que o olhar alheio lhe incomodava, seus próprios companheiros não a deixavam a vontade, revelou ainda que o primeiro passo para procurar o plantão é reconhecer que precisa de ajuda e existiriam duas dificuldades: conversar suas questões pessoais com uma pessoa desconhecida e admitir, coletivamente, a necessidade de ajuda; o policial sempre teve que resolver seu mal estar sozinho e que não tinha a quem pedir ajuda quando precisava que resolvessem algo por ele. Parece que, inicialmente, o policial se exigia como super-homem, mas que depois passava a identificar seus limites; **15. Moreira et. al.**, por meio de entrevistas abertas individuais e grupais com 47 policiais (4 oficiais e 43 praças) concluíram que os policiais consideraram que o trabalho é mal remunerado, com excessiva carga de trabalho, os equipamentos utilizados estão em condições precárias, e a hierarquia é considerada abusiva. Os autores ressaltaram que os fatores de sofrimento psíquico presentes no trabalho do policial são agravados pela ausência de espaços para sua análise coletiva na instituição militar.

Após o exposto, com a estratégia de busca utilizada, é possível legitimar a escassez da produção científica sobre o tema abordado. Para identificar algumas questões relacionadas à saúde do trabalhador, como o adoecimento físico e/ou mental, as escalas de estresse são muito utilizadas pelos autores (Couto et. al., 2012; Couto et. al., 2012; Dantas et. al., 2010; Oliveira e Badargi, 2010; Costa et. al., 2007). Contudo, há de se fazer aqui uma ressalva: apesar de ser importante apontar em que proporção existem policiais militares acometidos pelo estresse e assim poder relacionar tal estresse às questões propriamente institucionais, o policial também pode apresentar sofrimento psíquico, como foi verificado nos estudos de metodologia qualitativa (Bezerra et. al., 2013; Minayo et. al., 2011; Silva, 2009; Rocha, 2008; Silva e Vieira, 2008; Spode e Merlo, 2006; Oliveira, 2005; Moreira et. al., 1999), por meio de outros sintomas como por exemplo, humor triste, que não estão necessariamente relacionados ao estresse. Os estudos que adotam como método somente escalas de estresse (Couto et. al., 2012; Couto et. al., 2012; Dantas et. al., 2010; Oliveira e Badargi, 2010; Costa et. al., 2007) diagnosticam unicamente a presença ou ausência dele, não permitindo que as causas e consequências de sua existência sejam desveladas. Nestes trabalhos são os autores que inferem as conjunções de forças que possibilitam a emergência do estresse na vida dos

sujeitos. Reconhece-se aqui a relevância destes estudos, no entanto, para que se possa compreender em que medida sujeito-organização se afetam reciprocamente, seria preciso dar voz a esses sujeitos e o melhor caminho poderia ser acrescentar a estas pesquisas o método qualitativo.

Constata-se que dos sete estudos de metodologia quantitativa (Souza et. al., 2012; Ferreira et. al., 2012; Couto et. al., 2012; Couto et. al., 2012; Dantas et. al., 2010; Oliveira e Badargi, 2010; Costa et. al., 2007), cinco deles (Couto et. al., 2012; Couto et. al., 2012; Dantas et. al., 2010; Oliveira e Badargi, 2010; Costa et.al., 2007) buscam identificar o nível de estresse da amostra. Destes cinco, dois (Dantas et. al., 2010; Costa et. al., 2007) verificam somente a incidência. Já os outros três investigaram o nível de incidência do estresse relacionado as relações interpessoais (Couto et. al., 2012), o comprometimento com a carreira (Oliveira e Badargi, 2010) e o efeito do tempo de carreira (Couto et. al., 2012). Dos sete que usam a metodologia quantitativa - retirados os cinco já mencionados acima -, um apresenta questões referidas a sofrimento psíquico (Souza et. al., 2012) e o outro analisa a correlação das condições de trabalho e morbidade identificada (Ferreira et. al., 2012).

Os oito estudos de metodologia qualitativa (Bezerra et. al., 2013; Minayo et. al., 2011; Silva 2009; Rocha, 2008; Silva e Vieira, 2008; Spode e Merlo, 2006; Oliveira, 2005; Moreira et. al., 1999) investigaram como as relações de trabalho e a atuação policial acometem a saúde mental destes profissionais. Também versam sobre os processos de subjetivação, e somente um deles (Bezerra et. al., 2013) investiga e discute o estresse.

4. DISCUSSÃO

A discussão foi organizada a partir de duas categorias: **1) produção de subjetividade 2) organização policial militar e saúde mental**. Optou-se pela junção de “organização policial militar e saúde mental” por se verificar que, em sua maioria, os estudos da análise que discorrem sobre organização policial militar também abordam questões atinentes à saúde mental.

4.1 Sobre a produção de subjetividade policial militar

Verificou-se que os aspectos relacionados à produção de subjetividade do policial militar são representados somente pelos estudos de metodologia qualitativa. Contudo, um dos focos do presente estudo sempre foi o de compreender como a produção de subjetividade na organização policial militar interfere na promoção de saúde mental.

Convém evidenciar que a produção de subjetividade do policial militar aparece nos trabalhos analisados principalmente quando os sujeitos mencionaram um estado permanente de alerta (Minayo et. al. 2011; Silva, 2009; Spode e Merlo, 2006), em que mesmo fora do horário e local de trabalho mantém os policiais militares atentos para o que ocorre em seu entorno e a possibilidade de serem convocados para trabalhar. Tal estado de alerta aponta como os mecanismos disciplinares da instituição policial militar são internalizados e os policiais militares por temerem punições vivem o papel de policial militar intensamente em suas vidas. A crença produzida de que algo de mal pode acontecer a qualquer momento ocasiona tensão, ansiedade, temor, estresse e angústia. Em suma, o controle é internalizado e a experiência de ser e existir enquanto policial militar pode sobrepor-se a singularidade do sujeito. Ressaltam uma falta de distanciamento entre a vida privada e profissional. Entende-se aqui que a queixa recorrente de que lhes falta tempo para lazer e que dedicam muitas horas ao trabalho denota que a sobrecarga de trabalho os faz muitas vezes passarem mais tempo no serviço do que com amigos e família. Tem-se desse modo o assujeitamento dos indivíduos (Goffmann, 1987), a disciplina e, portanto, quanto menos questionadoras e críticas são as pessoas, mais fácil são de serem controladas (Foucault, 2005). No entanto, não se pode calar o adoecimento, este se mostra atuante quando, principalmente, o corpo não responde mais de maneira saudável.

Relacionada a subjetividade policial militar estão a cultura e identidade policial militar. Silva (2009) expõe que a identidade sempre esteve ligada a tensão, ao perigo e ao medo.

Questões como a proximidade com a morte, a violência para com os iguais, as expectativas depositadas sobre eles e a ocasional impotência diante dos fatos são fatores possíveis de serem relegados a um segundo plano, o que pode forçar o profissional a negar seu sofrimento em nome da segurança pública. Apoiando-se em Fraga (2000) quando cita a cultura policial como “cultura do saudável”, do forte, do herói para afirmar que devido a isto existiria um impedimento de que pensamentos e sentimentos relacionados a situações conflituosas possam vir à superfície. A “cultura do saudável” é corroborada pelo estudo de Oliveira (2005), informa que um policial militar entrevistado reconhece que sempre resolveu seu mal estar sozinho e que não tem a quem pedir ajuda quando precisa que resolvam algo por ele.

É pertinente que se contemple neste espaço de discussão estudos que atravessam a questão aqui colocada. Com o intuito de enriquecer esta reflexão, em uma revisão ampliada, foram pesquisados outros estudos que versam sobre o tema produção de subjetividade do policial militar.

Para que seja possível apreender como a instituição policial militar engendra feixes de forças que atuam sobre a subjetividade dos ingressos na Polícia Militar, Poncioni (2005) volta seu olhar para o Estado do Rio de Janeiro, no qual a pressão por maior segurança tem demandado a implementação de propostas variadas, por vezes divergentes entre si. No entanto, não foram alcançadas mudanças efetivas de duração longa. A autora entende ainda que para pensar a efetividade do trabalho policial devem-se considerar os modelos policiais existentes, suas premissas para a conduta policial, os objetivos visados, os meios utilizados e as consequências para o exercício da atividade policial.

Para a autora haveria um descompasso entre o conhecimento adquirido para o desempenho e a realidade na qual se realiza o trabalho de polícia. No treinamento, o policial aprende que o controle do crime é feito com o cumprimento da lei e há uma forte restrição com relação a tomada de decisões nas atividades do dia a dia. Entretanto, fora da organização o profissional tem que tomar decisões que podem não estar de acordo com as diretrizes, procedimentos e ordens que buscam a aplicação eficiente de certas leis e regras para a manutenção da ordem, mais do que o respeito integral à legalidade ou às regras estabelecidas pela organização. Assim, a formação e o treinamento acabam simplistas e irrealistas.

Poncioni (2005) ao analisar a documentação relativa aos currículos de formação profissional básica adotados nos centros de ensino e treinamento profissional – civil e militar – do Estado do Rio de Janeiro, revela que o conteúdo instruído objetiva “moldar” os futuros policiais, incluindo a seleção de certas matérias teóricas e práticas e de determinados eventos sobre outros, uma posição estabilizada para as atividades rotineiras do cargo que será ocupado

e algumas ideias de convivência de um elenco de respostas comportamentais para situações periódicas no mundo do trabalho. A importância da formação serve à construção da identidade profissional, realizando-se com a incorporação dos valores e crenças a respeito da profissão consubstanciados em uma base de conhecimento e cultura comuns sobre o que é ser policial.

Albuquerque e Machado (2001) também versam sobre a produção de subjetividade do profissional policial militar ao analisarem um determinado treinamento militar ministrado a jovens aspirantes oficiais. Compreendem que esse treinamento pode ser considerado um rito de passagem: o sujeito civil adquire sua nova condição identitária. Para eles a Polícia Militar possui diversos ritos de passagem: ritos de ingresso (trote acadêmico), ritos de nivelamento (corte de cabelo e uniformização da indumentária) e ritos de formatura. A identidade é marcada na alma e no corpo. Ela pode ser observada pelos atos violentos sobre os corpos e a ultrapassagem dos limites aos quais os profissionais se submetem. Os autores ressaltam, ainda, que tal processo almeja a mortificação física e moral do eu que é substituído por um espírito de corpo, força e lugar. Necessita-se cristalizar a imagem militarizada do policial e a necessidade de nutri-la. A Jornada busca desautorizar a emergência do traço modernizador da Academia, tenta fagocitar o novo currículo e não permitir a implantação de modalidades renovadas de formação policial. É uma experiência desumanizadora, alguns a aprovam, outros condenam-na. Ela estabelece o espírito da Corporação que se deseja permanecer; a alma do guerreiro disposto a obedecer incondicionalmente ou a se ajustar à hierarquia ritualística.

Costa (2004) aponta que as universidades e academias teriam um papel de destaque na formação de uma polícia que pudesse atuar de acordo com a norma e os preceitos democráticos. As Academias de Polícia constroem a ideia do “policial guerreiro” e da existência de um “inimigo da sociedade”. Dessa maneira, a ideologia do militarismo necessita ser desconstruída e desvalorizada como orientadora das práticas profissionais de segurança do cidadão. A proposição de um novo modelo de polícia deve começar por um projeto político pedagógico que contemple novos referenciais teórico-metodológicos ao período que vivemos na segurança pública. O que se concebe nesta dissertação é que muitos policiais sentem-se como pertencendo do lado oposto ao da sociedade civil (Silva, 2009; Moreira et. al. 1999). Ficou claro que essa oposição policial X sociedade civil; não só é engendrada na formação do policial, nos ritos de passagem do mundo civil para o militar, como também pela percepção que a própria sociedade tem desses policiais - inimigos. A cisão dos mundos civil e militar é efetuada já nos primeiros momentos do policial em sua vida militar. Segundo Spode e Merlo (2006), muitos policiais militares acreditam que só se aprende a ser policial nas ruas, e as

disciplinas que compõem a formação dos alunos encontram-se distante de uma política democrática e próxima das comunidades.

Ainda abordando o aspecto da subjetividade do policial militar, Morais e Paula (2010) afirmam que o ingresso na polícia não se reduz ao aprendizado de um conjunto de técnicas, mas também a construção de novo papel profissional e de nova visão de mundo. Desta maneira, as instituições policiais atuam com foco na subjetividade do indivíduo, objetivando criar unidade, tornando os policiais similares aos outros membros da classe e diferentes das demais pessoas. Então, os valores e as normas são introjetados pelos indivíduos, silenciando a possibilidade dos sujeitos possuírem uma vida interior com suas dúvidas e questões, ou seja, ele é incentivado a enxergar a realidade em conformidade com o conjunto de respostas que foram produzidas pela organização com o intuito de se eliminar as reações de sentido contrário. Assim sendo, os autores enfatizam que a organização revelar-se-ia um espaço social de comportamento controlado, a socialização dos indivíduos nestes espaços acontecerá concomitante a sua alienação, reduzindo o indivíduo e adequando-o à organização. É através da desqualificação da singularidade do indivíduo que se alcança um todo uniforme possível de atender aos padrões performáticos e de comportamento instituídos pela organização. Também entendem que a periculosidade do trabalho, o risco e as questões relativas à segurança são temas que trazem à tona a maneira como o indivíduo enxerga a necessidade, ao entrar na polícia, de promover mudanças de comportamento.

4.2 Sobre a organização policial militar e Saúde Mental

A organização policial militar é atravessada por relações intersubjetivas e sociais entre os policiais e a organização, esta dinâmica implica necessariamente experiências de prazer e/ou sofrimento. Desta maneira, ela pode conter fatores facilitadores ou não para a saúde mental do policial militar. Saúde, aqui, consiste em produzir territórios possíveis para a criação de novas subjetividades, onde a subjetividade dominante não oprima os movimentos de resistência benéficos aos processos de singularização. Em oposição a Rocha (2008), acredita-se nesta dissertação que não são somente movimentos grupais que podem desencadear movimentos de mudanças que afetem a organização policial militar. Cada um de seus profissionais tem potência para realizar mudanças em seus territórios, é acreditando nessa potência transformadora que se pode alavancar mudanças institucionais de maior notabilidade. Cabe salientar que o que se propõe neste estudo não é detectar responsáveis, nem promover papéis consolidados em que a organização policial militar e os policiais venham a serem mocinhos

ou vilões. Nunca houve interesse em afirmar com veemência que a organização é a fonte de adoecimento para os indivíduos que a compõem. Tanto que se assim fosse, todos, sem exceção, apresentar-se-iam com algum sofrimento psíquico, o que não ocorre. Não há a pretensão de cristalizar e naturalizar a fonte de sofrimentos, ambos são co-autores, sendo assim, não há o lugar do passivo e o do ativo, o sujeito afeta e é afetado concomitantemente, assim como a instituição.

Os princípios da hierarquia e disciplina, que são os fundamentos de toda organização policial militar, estão intimamente associados a saúde mental do policial militar. A hierarquia aparece como fator de estresse tanto para oficiais quanto para as praças (Bezerra et. al. 2013), e por vezes é considerada abusiva (Moreira et. al., 1999). Estes pilares de sustentação tornam a instituição resistente às mudanças (Souza et. al., 2012; Silva e Vieira, 2008), porém segundo Oliveira (2005) a Polícia Militar desde a ditadura militar vem enfrentando uma crise de função e autoridade, a qual vem promovendo transformações na instituição o que é corroborado por Moreira (2005).

Para contribuir com esta discussão apresenta-se aqui o estudo de Oliveira (2010). Ao discutir sobre sua pesquisa empírica com os policiais militares da Bahia lança luz também sobre a questão da hierarquia e disciplina. O autor não desconsidera que o mecanismo disciplinar tenha sua pertinência para garantir o bom comportamento do policial dentro dos quartéis. Contudo, a polícia militar de hoje é marcada por uma época em que se desejava transpor o modelo de disciplina do Exército sem haver o questionamento se esse modelo serviria a realidade e contexto da operação policial. Cabe ressaltar que no Exército os militares atuam sobre um objeto claramente definido e são mais diretamente fiscalizados por seus superiores, o que não ocorre com a Polícia Militar. A ação policial mostra-se mais individualizada e menos visível aos mecanismos de controle internos e externos. A hierarquia e a disciplina não se mostram suficientes para assegurar o bom comportamento dos policiais quando estão nas ruas. Oliveira (2010) também destaca que os autores americanos afirmam que a melhor forma de reduzir o uso excessivo da força é a qualificação profissional, pois sem ela correlaciona-se o recurso às formas ilegais de ação e a incompetência técnica para resolver-se da melhor forma o conflito.

Ferreira et. al. (2012) identificaram importantes elementos relacionados a organização policial militar: o baixo controle (considerado quanto o uso de habilidades e autoridade de decisão), a alta demanda física e o baixo suporte social. Quando analisaram o conteúdo do trabalho, este mostrou-se como predominantemente negativo para as demandas psicológicas e físicas e o suporte social do superior; e como, predominantemente satisfatório para o suporte

social entre colegas de trabalho e alguns elementos de autonomia (habilidade e autoridade decisória). De acordo com os autores, na demanda psicológica, o trabalho exigiria dos policiais militares: ritmo acelerado, trabalho excessivo e demandas conflitantes feitas por outros, e tais elementos contribuiriam negativamente para a saúde e qualidade de vida destes trabalhadores. A precarização das condições de trabalho dos policiais militares (Silva e Vieira, 2008; Moreira et. al., 1999) poderia ser proveniente dos equipamentos e instrumentos inadequados - armas obsoletas e as viaturas insuficientes e em más condições de uso -; da restrição de recursos orçamentários para a manutenção desses equipamentos; dos baixos salários e da falta de capacitação profissional. Concerne evidenciar, nesta dissertação, que além de tais fatores gerarem um cenário desfavorável para a eficiência do trabalho policial, também podem afetar a saúde física e mental dos policiais militares. Já que a precarização dos equipamentos e instrumentos, assim como a falta de capacitação profissional tornam o contato dos policiais militares com a morte mais próximo.

O estudo de Minayo et. al. (2011) revelou que o sofrimento psíquico (depressão, ansiedade, sintomas psicossomáticos) é de 33,6% dos policiais militares. Já Souza et. al. (2012) verificaram prevalência de sofrimento psíquico em 35,7% da amostra de policiais militares. Em Couto G et. al. (2012), 41,8% dos sujeitos apresentaram sinais de estresse, em outro estudo, Couto et. al. (2012) constataram que havia sintomas de estresse em 55,9% da amostra. Dantas et. al. (2010), Oliveira e Bardagi (2010) e Costa et. al. (2007) encontraram, respectivamente, 44,7%, 57,3% e 47,4% de sujeitos apresentando sintomatologia de estresse. Ao investigarem fatores associados ao sofrimento psíquico dos policiais militares da cidade do Rio de Janeiro, Souza et. al. (2012) entendem que influenciariam o desenvolvimento de sofrimento psíquico: condições de saúde física e mental, trabalho além do horário, estresse, vitimização, capacidade de reagir a situações difíceis e o grau de satisfação com a vida.

Acrescendo as informações acima mencionadas, o estudo de Muller (2012) identificou como vivências de sofrimento: as características da tarefa, as quais estão implicadas com a violência vivida nas ruas e com o risco de vida; as condições de trabalho, principalmente a jornada de trabalho com carga horária excessiva; a falta de reconhecimento (não reconhecimento da sociedade pelo trabalho da polícia e falta de reconhecimento dos postos mais altos da hierarquia); a rígida organização hierárquica do trabalho, a qual pode gerar diferentes punições, dificuldade de ascensão na carreira e impedimento do trabalho cooperativo com outras instituições; não se verem nem agirem mais como cidadãos comuns. Enquanto que as vivências de prazer estão relacionadas com: as atividades que permitem iniciativas; trabalho dinâmico; orgulho pela atividade; espaço de encontro; acompanhamento

de uma operação do início ao fim; trabalho em grupo; efetivo completo; mais treinamento em comparação ao policiamento ostensivo; solidariedade, cuidado, cooperação entre os colegas; boa relação com a chefia imediata. Como este coletivo tratava-se de um pelotão de operações especiais, características de prazer como acompanhamento da operação do início ao fim, maior frequência de treinamentos, possibilidade de mais espaços para iniciativas divergem dos trabalhos que foram analisados neste estudo.

Ficou claro que os autores para se aproximarem do estado de saúde mental dos policiais militares, recorrem, com frequência, a escalas de estresse. Tal tendência acaba por reduzir a categoria saúde mental apenas aos transtornos associados ao estresse. A seguir, serão discutidos e expostos alguns achados relativos a: como as variáveis **tipo de atividade, sexo e tempo de carreira** relacionam-se com os níveis de estresse.

Correlacionando **o tipo de atividade (administrativa ou operacional) ao nível de estresse**, os estudos de Bezerra (2012), de Oliveira e Bardagi (2010) e de Minayo et. al. (2011), foi constatado que a atividade operacional seria mais estressante que a administrativa. Importante perceber que mesmo que muitos policiais militares tenham revelado, como no estudo de Spode e Merlo (2004), que preferem trabalhar na atividade operacional por possuírem um nível maior de autonomia, esses estudos apontam que os policiais militares que exercem a atividade fim são os que mais apresentam sintomas de estresse.

A relação entre **sexo e estresse** foi trazida pelos estudos de Bezerra (2012), o qual foi realizado somente com mulheres, de Dantas et. al. (2010) e de Oliveira e Bardagi (2010) os quais verificaram a predominância de mulheres com sintomas de estresse. Tendo em vista esses resultados compreende-se que poderia ser interessante que os estudos objetivassem distinguir qual dos sexos é o mais afetado pelos sintomas de estresse para fins de se avaliar e reconhecer o lugar que ocupa a mulher na organização policial militar.

Já em relação ao **tempo de carreira e estresse**, somente Ferreira et. al. (2012) aponta para uma maior morbidade referida para os policiais com maior tempo de serviço. Na pesquisa de Souza et. al. (2012) os policiais militares que possuem entre 11 e 20 anos de carreira são os mais acometidos pelo estresse (24%), em seguida são aqueles que têm mais de 20 anos (16,2%) e, por último, os que têm até 10 anos (13,2%). Mesmo que não haja dados suficientes para comprovar se com maior tempo de serviço os policiais militares são mais ou menos acometidos pelo estresse, reconhece-se este como um dado importante a ser investigado. Pois, se os policiais com maior tempo de carreira acomodam-se à organização e sentem menos os efeitos negativos que ela proporciona ou se os sintomas de estresse aumentam com o passar

dos anos trabalhados, identificar-se-ia o público alvo de possíveis programas de prevenção e tratamento de estresse: policiais com maior ou menor tempo de serviço.

Dejours (1992) afirma que o prazer do trabalhador é decorrente da descarga de energia psíquica que a tarefa permite, se o trabalho possibilita a diminuição da carga psíquica ele é equilibrante, não permitindo torna-se fatigante. Desse modo, a carga psíquica do trabalho aumenta quando a liberdade de organização do trabalho (conteúdo da tarefa e relações humanas de trabalho) diminui. Se esta energia se acumula no aparelho psíquico gera desprazer e tensão, logo, a energia recua para o corpo gerando perturbações. A possibilidade de transformação de um trabalho fatigante em equilibrante repousa na flexibilização da organização de trabalho, pois assim o trabalhador pode estar mais livre para rearranjar seu modo operatório de forma que haja meios de expandir ou diminuir sua carga psíquica no trabalho (geração de prazer).

Para Canguilhem (2002) estar saudável é não ser obrigado a funcionar apenas de acordo com uma norma ou uma lei, a doença acontece devido a impossibilidade de inventar novas formas de vida no decorrer das mudanças do meio. Logo, a saúde pode ser medida pela capacidade de superar as crises e instaurar novas subjetividades. Os resultados encontrados pelos estudos analisados denotam que os pesquisadores, devido a motivações diferentes, de alguma maneira buscam colocar em relevo os sintomas e transtornos gerados pelo trabalho policial militar e pelo modo de constituição dessas subjetividades, ficou claro que os instrumentos que avaliam o estresse e outros tipos de sofrimento psíquico apontam para o adoecimento de uma parcela considerável desses profissionais. Contudo, os indivíduos que se apresentam saudáveis, apesar de toda a estrutura organizacional que parece desfavorecer tais engendramentos, não são o alvo preferencial dos estudos. Os sujeitos das pesquisas apontam algumas estratégias possíveis para vivências prazerosas como exercícios físicos, reconhecimento e momentos de lazer.

Supôs-se, inicialmente, que as pressões, as humilhações, o assédio moral, a impotência diante das ordens e regras fossem aparecer na análise dos resultados como os mais importantes fatores de adoecimento dessa categoria profissional. No entanto, evidenciaram-se muito mais as queixas em relação ao trabalho características como jornada excessiva de trabalho e baixos salários, além do vivido no dia-a-dia nas ruas, a relação com a sociedade também figura-se como bastante perturbadora. Sem saberem lidar com muitas dessas questões, ocorre o que Jock (2008) constatou no hospital psiquiátrico em que trabalha: a incidência significativa de profissionais de segurança, de policiais militares quanto de civis internos do hospital, estarem vinculados ao uso abusivo do álcool e outras drogas e o

desencadeamento de quadros psicóticos. E ela nos questiona: “Polícia – Que sintoma é esse?” Diante dessa inquietante indagação, o que se deve fazer para que a história não necessite ser apagada, e sim que a partir dela novos rumos possam ser lançados a fim de que se valorize a promoção de saúde mental dos policiais militares?

Por fim pensando na discussão acima é importante considerar que um trabalho científico completo sobre polícia militar contemplaria não só a condição de saúde mental dos seus membros, como também os fatores da organização do trabalho favoráveis ao acometimento de doenças ou a promoção de saúde, e os desdobramentos positivos ou negativos do estado de saúde mental do policial. Os estudos de metodologia quantitativa analisados são de veras importantes para apontar um quadro alarmante de estresse nos policiais militares brasileiros. Entretanto, esta maneira de abordar a Psicopatologia segundo diagnósticos é apenas um pequeno recorte frente ao sofrimento psíquico apresentado por alguns policiais militares. Ainda que o foco deste estudo não seja problematizar as relações da polícia com a sociedade, é inegável que o estado de saúde dos policiais afeta a eficácia do comportamento deles no desempenho de suas atividades, cotidianamente, no contato com a sociedade.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao final deste estudo considera-se que os objetivos da dissertação foram alcançados e que vários aspectos da organização policial militar aparecem na literatura como contribuindo para a emergência de sofrimento psíquico, tais como: a elevada carga de trabalho, baixos salários, rígidas disciplina e hierarquia, distanciamento entre quem pensa (oficiais) e quem executa (praças) as ações e falta de reconhecimento da própria instituição para com os policiais. Contudo, foi possível identificar como o reconhecimento e a sensação de utilidade vivenciados na atividade operacional contribuem para que o trabalho seja também uma fonte de prazer, assim como a autonomia que possibilita ajustamentos criativos ao trabalho. Esses são fatores que ajudam a diminuir o sofrimento psíquico e a promover saúde mental. Alguns policiais militares da literatura analisada consideram algumas atividades administrativas como a pior parte do trabalho, possivelmente por terem pouco espaço para expressarem suas singularidades e estarem muito atrelados a normas e regras. Além do repetitivo trabalho efetuado nas atividades administrativas, ainda pesa o fato de demandarem muito tempo para sua realização, prejudicando que se cumpra a carga de trabalho semanal estipulada, sendo a mesma muitas vezes extrapolada. No momento em que se fortalecem ações para o bem-estar do policial militar, respeitando na medida do possível suas singularidades e estabelecendo espaços de escuta para que o policial militar possa expressar seus desejos, promovem-se a valorização e o reconhecimento do profissional que são imprescindíveis para a apresentação de um trabalho de qualidade.

Entendendo que o sofrimento pode ter uma funcionalidade criativa, o que aqui se propõe não é a remissão de sintomas, deseja-se colocar em evidência que espaços de discussão dentro da instituição, o acompanhamento e tratamento de saúde dos policiais podem imprimir ao cotidiano deles experiências mais frequentes de bem-estar. O foco deve ser deslocado do tratamento de doenças, quando estas já estão instaladas, para a promoção e prevenção de saúde. Devido a este posicionamento quanto à política de saúde nas Polícias Militares é que se apoia teoricamente na Psicopatologia Dejouriana, pois este autor propõe que centralize nosso foco de pesquisa na normalidade, ao invés da doença.

É interessante perceber que mesmo convivendo com condições desfavoráveis para seu bem estar físico e psíquico, muitos policiais militares continuam a trabalhar e as licenças para tratamento de saúde só ocorrem quando já estão muito adoecidos. Uma possibilidade explicativa para tal afirmação é que o sofrimento não tende a ser visto e é negado, pois se for reconhecido e confirmado pelo indivíduo poderia retirá-lo de sua função e atividades. E, como consequência para a licença haveria o medo do policial de ser estigmatizado como “maluco”,

além de perder as gratificações pelo afastamento da ativa e não saber para onde e que função ocupará quando retornar ao trabalho. Ou seja, o sofrimento é normalizado, banalizado.

Cabe salientar que a produção de subjetividade do policial militar mostrou ser pouco abordada pelos estudos analisados. Consideramos de suma importância compreender como são formadas as forças que produzem esta subjetividade. A partir disso pode-se propor a criação de outras forças, que possibilitem a emergência de outras singularidades que permitam processos em direção a um estado de saúde mais equilibrado e, conseqüentemente, menos adoecido.

A autoimagem que o policial militar possui é a figura do super-herói, ou seja, revela que muitos sentem-se como onipotentes. Dessa representação emerge a negação do sofrimento. Ao impossibilitarem a experimentação de dor e sofrimento, desconsideram que haja necessidade de espaços para escuta e troca de suas vivências. Então, assumem costumeiramente para os profissionais de saúde que só procuram atendimento quando a dor e o sofrimento, quando estes não são mais suportáveis. Tal constatação é comprovada quando um dos sujeitos do estudo de Oliveira (2005) afirma que existe a dificuldade de reconhecer que precisa de ajuda. A criação de espaços de escuta para o cuidado dos policiais militares é imprescindível para que se evite que o número de licenças médicas para tratamento cresça e também para aumentar a qualidade de vida e bem-estar destes trabalhadores. Atendimento psicológico e psiquiátrico articulados e integrados à organização policial militar podem dialogar e proporcionar caminhos melhores a serem percorridos em direção à diminuição do sofrimento psíquico. No entanto, caso esses serviços atuem em separado e não possam se comunicar com as chefias dos batalhões, a possibilidade de mudanças em direção à melhor qualidade de vida dos policiais atinge um número menor de trabalhadores.

Buscou-se com este estudo contribuir para o campo da Saúde Pública com a aplicação de conhecimentos, os quais possibilitem organizar serviços de saúde, e atuar em fatores condicionantes e determinantes do processo saúde-doença, reconhecendo-se a importância de fatores socioeconômicos. Presume-se que o estudo da saúde mental do policial militar seja de extrema relevância para a subárea Violência e Saúde, já que as relações com o corpo social, apesar de não ter sido alvo desse estudo, são influenciadas e impactam no estado de saúde do policial militar.

Convém acrescentar que não é do interesse desta dissertação apontar o que viria a ser uma solução para este modelo de organização policial militar, apesar de alguns autores apontarem a desmilitarização como resposta para melhorar a interação dos policiais com os cidadãos, considerou-se ser mais interessante pensar o que é possível ser feito *atualmente*. Um aspecto

que poderia ser considerado é a revisão e incorporação de novas disciplinas ao treinamento dos policiais militares, a carga horária de disciplinas ligadas ao aprendizado militar poderia diminuir e passarem a compor o *curriculum* mais disciplinas da área de Ciências Humanas.

Na urgência de incorporar novos policiais, aqui se questiona se o processo seletivo é realizado da melhor maneira para que os homens e mulheres que ingressam na instituição tenham o perfil para compor esse cargo. Aumentar o contingente de policiais nas ruas não resolve o problema da criminalidade, já que não cresce na mesma proporção a compra de materiais necessários para a proteção dos policiais, como armas e coletes.

Outro ponto é a falta de treinamento ao longo da carreira, depois que o policial incorpora raramente participa de cursos de aperfeiçoamento, que cursos poderiam ser oferecidos ao policial para um processo de reciclagem?

Os policiais precisam se sentir reconhecidos dentro da organização já que a população por muitas vezes demonstra comportamento hostil em relação a ele. No entanto, os baixos salários, as punições arbitrárias e a sensação de ser desvalorizado pela Polícia Militar e pela sociedade contribuem para que o policial trabalhe desmotivado.

Diante de todo o exposto, compreende-se que os resultados obtidos podem embasar políticas e estratégias para aumentar a qualidade de vida dos policiais militares, através da realização de pesquisas que contribuam para perpetuar ações transformadoras. Sendo assim, recomendar-se-iam mudanças na organização policial militar para que esta viesse a responder as atuais demandas sociais e com isso prover o investimento em novos equipamentos, formação e treinamentos para os policiais, aumento salarial, diminuição da carga de trabalho, já que uma longa jornada de trabalho não permite que haja um descanso adequado, horas para lazer, atividades físicas e tempo disponível para estar com a família. Além disso, seria interessante que se propusessem iniciativas que buscassem diminuir o distanciamento entre os níveis hierárquicos e a reformulação do Regulamento Disciplinar da Polícia Militar para que este seja coerente com os princípios democráticos e não seja utilizado de modo arbitrário. Adverte-se que para quaisquer tentativas de transformações na organização os policiais militares necessitam participar deste processo, as mudanças não devem ser escolhidas e implementadas pelos níveis mais altos da hierarquia sem que haja participação das camadas inferiores. É aconselhado que além de espaços de escuta fossem criados e promovidos cuidados também com a saúde física, como horário para atividades físicas e o descanso apropriado.

REFERÊNCIAS

- ALBUQUERQUE, C.L. ; MACHADO, E.P. Sob o signo de marte: modernização, ensino e ritos da instituição policial militar. *Sociologias*, ano 3, n.5, jan/jun. p.214-237, 2001.
- BAREMBLITT, Gregório. *Introdução à esquizoanálise*. Belo Horizonte: Instituto Felix Guattari, 1998.
- BARROS, R.B. *Grupo: a afirmação de um simulacro*. 2. ed. Porto Alegre: UFRGS, 2009.
- BAUMAN, Z. *Modernidade e Ambivalência*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1999.
- BAYLEY, D.H. *Padrões de Policiamento: uma análise internacional comparativa*/David H. Bayley. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo – (Polícia e Sociedade; n.1), 2001.
- BEZERRA, C.M.; MINAYO, M.C.S.; CONSTANTINO, P. Estresse ocupacional em mulheres policiais. *Ciência & Saúde Coletiva*, v.18, n3, p.657-666, 2013.
- BORGES, A.A. Polícia e saúde: entrevista com o Diretor Geral de Saúde da Polícia Militar do Estado do Rio de Janeiro. *Ciência & saúde coletiva*, v. 18, n.3, p. 677-679, 2013.
- BRITO, D.J. Saúde Mental e medicina preventiva. In: MARLET, J.M. et. al. (orgs) *Saúde da Comunidade*. 2. Ed. São Paulo: McGraw-Hill do Brasil, 1976
- Brasil. Constituição (1988). *Constituição da República Federativa do Brasil*. Brasília, DF: Senado Federal, 1988.
- BRETAS, M. L. Observações sobre a falência dos modelos policiais. *Tempo Social: Revista de Sociologia da USP*. São Paulo: USP, FFLCH - v. 09, n. 01, 1997.
- CANGUILHEM, G. *O Normal e o Patológico*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2002.
- CLASTRES, P. *A sociedade contra o Estado: pesquisas de antropologia política*. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1988.
- CODO, W. Um diagnóstico do trabalho (em busca do prazer). In: TAMAYO, A.; BORGES-ANDRADE, J.; CODO, W. (Orgs.) *Trabalho, organização e cultura*. S.P.: Cooperativa de Autores Associados, 1987, p.21-40.
- COSTA, M; ACCIOLY JÚNIOR, H, OLIVEIRA J; MAIA, E. Estresse: diagnóstico dos policiais militares em uma cidade brasileira. *Revista Panamericana de Salud Publica*, v. 21, n.4, p. 217–22, 2007.
- COSTA, N.R. Ofício de polícia, violência e luta por cidadania em Mato Grosso. São Paulo *Perspectiva*, v.18, n.1, 2004.
- COUTO, G. et al. Saúde mental do policial militar: relações interpessoais e estresse no exercício profissional. *Psicologia Argumento*, v. 30, n. 68, p.185-194, 2012.
- COUTO, G.; VENDENBERGUE, L.; BRITO, E.A.G. Interações interpessoais e estresse entre policiais militares: um estudo correlacional. *Arquivos Brasileiros de Psicologia*, v. 64, n. 2, p. 47-63, 2012.
- Cunha, N. V. da (2004). Como se “fabrica” um policial: algumas considerações em torno dos processos de socialização e formação profissional. Anais do Fórum Internacional de Formação Policial. Rio de Janeiro, RJ, Brasil, 4.
- DANTAS, M. A. et al. Avaliação de estresse em policiais militares. *Psicologia: Teoria e Prática*, v.12, n.3, p.66-77, 2010.

DEJOURS C. *A loucura do trabalho: estudo de psicopatologia do trabalho*. 5. ed. São Paulo: Cortez; 1992.

_____. *A Carga Psíquica do Trabalho (La charge psyche de travail)*. Tradução: Ideli Domingues. Extraído de Société Française de Psychologie – Psychologie Du Travail – Equilibre ou fatigue par Le travail? Paris: Entreprise Moderne d’Édition, 1980. In: STOCCO, M.I. (Coord.). *Psicodinâmica do trabalho: Contribuições da escola dejouriana à análise da relação de prazer, sofrimento e trabalho*. São Paulo: Atlas, 2014.

DEJOURS, C.; ABDOUCHELLI, E. Itinerário teórico em psicopatologia do trabalho (Itinénaire théorique em psychopathologie Du travail). Tradução: Débora Miriam Raab Glina. Extraído de Prévenir, n.20, 1990. In: STOCCO, M.I (Coord.). *Psicodinâmica do trabalho: Contribuições da escola dejouriana à análise da relação de prazer, sofrimento e trabalho*. São Paulo: Atlas, 2014.

ELY, F. R. O super-herói (nem tanto) também adocece: um estudo em saúde do trabalhador com servidores da Polícia Federam em Santa Catarina Sócio-econômico. Universidade Federal de Santa Catarina. Florianópolis. 2007

ESCHER, I.C. A revisão de literatura na construção do trabalho científico. *Revista Gaúcha de Enfermagem*, v. 22, n. 2, p.5-20, 2001.

FERREIRA, D.K.S.; BONFIM, C.; AUGUSTO, L.G.S. Condições de Trabalho e Morbidade Referida de Policiais Militares, Recife-PE, Brasil. *Saúde Soc. São Paulo*, v.21, n.4, p.989-1000, 2012.

FOUCAULT M. *Doença mental e psicologia*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro; 2000.

_____. *Vigiar e punir*. Petrópolis: Vozes; 2005.

_____. *Microfísica do Poder*. Rio de Janeiro: Graal; 1984

FRAGA, C. K. A polícia ferida: da violência visível à invisibilidade da violência dos acidentes em serviço. Tese de doutorado. Faculdade de Serviço Social. Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul. Porto Alegre. 2005

FRAYSE-PEREIRA, J.A. *O que é loucura*. São Paulo: Brasiliense, 1982

GOFFMAN, E. *Manicômios, prisões e conventos*. São Paulo: Perspectiva; 1987.

GUATTARI, F. *Caosmose: um novo paradigma estético*. São Paulo: Ed. 34; 2006.

GUATTARI, F.; ROLNIK, S. *Micropolítica: cartografias do desejo*. Petrópolis: Vozes; 2000.

GUIMARÃES, J.G.; TORRES, A.R.R.; FARIA, M.R.G.V. Democracia e violência policial: o caso da polícia militar. *Psicologia em estudo*, v.10, n.2, p. 263-71, 2005.

HOLLOWAY, T.H. *Polícia no Rio de Janeiro: repressão e resistência numa cidade do século XIX*. Rio de Janeiro: Vozes, 1997.

JOCK, N. Polícia que sintoma é esse? *Pulsional: Revista de Psicanálise*, ano 21, n.1, p. 55-61, 2008

JACQUES, M.G; CODO, W. (Org.). *Saúde mental & trabalho: leituras*. Petrópolis: Vozes; 2002.

KARASEK, R.A. Job demand, job decision latitude, and mental strain: implications for job redesign. *Administrative Science Quarterly*, Ithaca: NY, v. 24, p. 285-308, 1979.

MINAYO, M.C.S. A violência dramatiza causas. In: MINAYO M.C.S.; SOUZA, E.R. (Org.). *Violência sob o olhar da saúde: a infrapolítica da contemporaneidade brasileira*. Rio de Janeiro: FIOCRUZ, 2006.

_____. *O desafio do conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde*. São Paulo: Hucitec; Rio de Janeiro: Abrasco; 1999.

MINAYO, M.C.S.; SOUZA, E.R.; CONSTANTINO, P.(Coord.). *Missão prevenir e proteger: condições de vida, trabalho e saúde dos policiais militares do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: FIOCRUZ, 2008.

MINAYO, M.S.C.; ASSIS, S.G; OLIVEIRA, R.V.C. Impacto das atividades profissionais na saúde física e mental dos policiais civis e militares no Rio de Janeiro. *Ciência & Saúde Coletiva*, v.16, n4, p.2199-2209, 2011.

MINAYO-GOMEZ, C.; THEDIM-COSTA, S.M.F. A construção do campo da saúde do trabalhador: percurso e dilemas. *Cadernos de Saúde Pública*, v.13, suppl.2, 1997.

MORAIS, L. L. P.; PAULA, PAES DE, A. P. Identificação ou resistência? Uma análise da constituição subjetiva do Policial. *RAC: Revista de administração contemporânea*, n. 4, p. 633–650, 2010.

MOREIRA, F.H. et al. De elemento a cidadão: transformações no cotidiano do trabalho do policial militar. *Cadernos de psicologia social do trabalho*, v. 2, n. 1, p.25-38, 1999.

MOREIRA, W. *Revisão de literatura e desenvolvimento científico: conceitos e estratégias para a confecção*. *Janus*, v.1, n.1, p. 21-30, 2004.

MULLER, D.Z. Uma polícia especial: possibilidades de prazer no trabalho dos policiais militares do pelotão de operações especiais. Dissertação [Mestrado em Psicologia Social e Institucional] - Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2012.

MUNIZ, J. O Ser policial é, sobretudo, uma razão de ser: cultura e cotidiano da Polícia Militar do Estado do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro. Tese [Doutorado em Ciências Políticas] - Instituto Universitário de Pesquisa do Rio de Janeiro, 1999.

MUNIZ, J.; PROENÇA JUNIOR, D.P. A ameaça da proteção. *Valor Econômico*, 14 ago. 2006. A-8.

NORBERT, E. *O Processo Civilizador*, volume 1: Uma história dos Costumes. Rio de Janeiro: Zahar, 2011.

OLIVEIRA, A. Os policiais podem ser controlados? *Sociologias*, n. 23, p. 142-175, 2010.

OLIVEIRA, K.L; SANTOS, L.M. Percepção de saúde mental em policiais militares da força tática e de rua. *Sociologias*, n.25, p.224-250, 2010.

OLIVEIRA, P.L.M.; BARDAGI, M.P. Estresse e comprometimento com a carreira em policiais militares. *Boletim de Psicologia*, v. 59, n. 131, p. 153-166, 2010.

OLIVEIRA, R. G. Uma experiência de plantão psicológico na Polícia Militar do Estado de São Paulo: reflexões sobre sofrimento e demanda. Dissertação [Mestrado em Psicologia] – Universidade de São Paulo, 2005.

ORGANIZAÇÃO PAN-AMERICANA DA SAÚDE; ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DE SAÚDE. *Relatório Sobre a Saúde no Mundo 2001: Saúde Mental: nova concepção, nova esperança*

PINHEIRO, P.S. Violência, crime e sistemas policiais em países de nova democracia. *Revista da USP*, v.9, n.1, maio 1997.

- PONCIONI P. O modelo policial profissional e a formação profissional do futuro policial nas academias de polícia do Estado do Rio de Janeiro. *Sociedade e Estado*, v.20, n3, p.585-610, 2005.
- RAUTER C. *Criminologia e subjetividade no Brasil*. Rio de Janeiro: Revan, 2008.
- REISHOFFER, J.C.; BICALHO, P.P.G. Insegurança e produção de subjetividade no Brasil contemporâneo. *Fractal: Revista de Psicologia*, v.21, n2, p.425-444, 2009.
- RIOS, J.A. Police and development. *International Review of Criminal Policy*, v. 33, p. 3-10.
- ROCHA, L. Identidade do policial militar e dinâmica cultural. Dissertação [Mestrado em Saúde Coletiva] – Instituto de Medicina Social da Universidade do Estado do Rio de Janeiro, 2008.
- SAMPAIO, J.J.C.; MESSIAS, E.L.M. A epidemiologia em saúde mental e trabalho. In: JACQUES, M.G, CODO, W. (Org.). *Saúde mental & trabalho: leituras*. Petrópolis: Vozes, 2011.
- SANTOS, J.V.T. A arma e a flor: formação da organização policial, consenso e violência.
- SILVA, J.H.R. Estudo sobre o trabalho policial e suas implicações na saúde mental. [Mestrado em Psicologia] – Universidade de São Paulo, 2009.
- SILVA, M.B; VIEIRA, S.B. O processo de trabalho do militar estadual e a saúde mental. *Saúde Sociedade*, v.17, n.4, p.161-170, 2008.
- SOUZA, E.R. et al. Fatores associados ao sofrimento psíquico de policiais militares da cidade do Rio de Janeiro. *Cadernos de Saúde Pública*, v. 28, n. 7, p. 1297-1311, 2012.
- SOUZA, E.R; MINAYO, M.C.S. Policial, risco como profissão: morbimortalidade vinculada ao trabalho. *Ciência & saúde coletiva*, v.10, n.4, Out./Dez. 2005.
- SPODE, C.B. Ofício de oficial: trabalho, subjetividade e saúde mental na polícia militar. Porto Alegre. Dissertação [Mestrado em Psicologia Social] - Universidade Federal do Rio Grande do Sul; 2004.
- SPODE, C.B.; MERLO, A.R.C. Trabalho policial e saúde mental: uma pesquisa junto aos capitães. *Psicologia: reflexão e crítica*, v. 19, n.3, p. 362-370, 2006.
- TOLEDO, E.A. Entre o psicotira e o policiólogo: onde se encontra o psicólogo militar. Dissertação [Mestrado em Saúde Coletiva] – Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2006.